

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis

Índice

| | |
|--|----|
| RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | 1 |
| BALANÇOS PATRIMONIAIS | 6 |
| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO | 7 |
| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE | 8 |
| DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 9 |
| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO..... | 10 |
| DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO | 11 |

Notas Explicativas

| | | |
|----|--|----|
| 1 | CONTEXTO OPERACIONAL | 12 |
| 2 | BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | 13 |
| 3 | POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS | 14 |
| 4 | CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 28 |
| 5 | APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 28 |
| 6 | CONTAS A RECEBER DE CLIENTES | 29 |
| 7 | VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS | 30 |
| 8 | PARTES RELACIONADAS | 33 |
| 9 | ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO | 36 |
| 10 | INTANGÍVEL | 36 |
| 11 | ATIVO DE CONTRATO | 37 |
| 12 | FORNECEDORES | 38 |
| 13 | EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | 39 |
| 14 | DEBÊNTURES | 41 |
| 15 | IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS | 43 |
| 16 | PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS VINCULADOS | 45 |
| 17 | PIS E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONSUMIDORES | 49 |
| 18 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 50 |
| 19 | PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO | 52 |
| 20 | RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 55 |
| 21 | CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS | 56 |
| 22 | ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA | 56 |
| 23 | OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS | 57 |
| 24 | RESULTADO FINANCEIRO | 57 |
| 25 | BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO (ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA) | 58 |
| 26 | INSTRUMENTOS FINANCEIRO | 60 |
| 27 | TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | 73 |
| 28 | COMPROMISSOS FUTUROS | 73 |
| 29 | EVENTOS SUBSEQUENTES | 74 |



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.
Maceió - AL

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras Informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.



**Shape the future
with confidence**

Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada

As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 70.776 mil em 31 de dezembro de 2025 e está divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações contábeis.

O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja mensurada de forma acurada e contabilizada na competência correta.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa, com revisão das premissas adotadas por parte da Diretoria; (ii) recálculo por consumidor da estimativa de receita não faturada com base nos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, (iii) teste de detalhe em base amostral dos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, (iv) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; (v) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de energia não faturada com os registros contábeis; e (vi) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real conforme relatório extraído da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado, foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.




**Shape the future
with confidence**

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F


Nathália Araújo Domingues
Contador CRC CE-020833/O

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



| Ativo | Notas | 2025 | 2024 | Passivo | Notas | 2025 | 2024 |
|---|-------|------------------|------------------|--|-------|------------------|------------------|
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 235.187 | 52.706 | Fornecedores | 12 | 291.423 | 297.915 |
| Aplicações financeiras | 5 | 778.030 | 686.086 | Fornecedores - Risco sacado | 12.1 | 20.121 | 9.556 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 672.335 | 712.773 | Empréstimos e financiamentos | 13 | 452.303 | 629.144 |
| Almoxarifado | | 23.053 | 16.900 | Debêntures | | 5.879 | 6.217 |
| Serviços pedidos | | 68.872 | 80.349 | Passivo de arrendamento | | 834 | 750 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 26.4 | 3.094 | 110.344 | Impostos e contribuições a recolher | | 73.845 | 75.238 |
| Impostos e contribuições a recuperar | | 86.004 | 73.572 | Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher | | 75.522 | 8.437 |
| Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar | | 126.853 | 51.865 | Obrigações e encargos sobre folha de pagamento | | 13.589 | 10.745 |
| Depósitos vinculados | 16 | 296 | 336 | Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros | 7 | 40.019 | 45.903 |
| Outros créditos a receber | | 103.911 | 101.631 | Contribuição de iluminação pública | | 41.119 | 5.704 |
| Total do ativo circulante | | 2.097.635 | 1.886.562 | Encargos setoriais | | 36.477 | 57.107 |
| Não circulante | | | | Participação nos lucros | | 14.322 | 10.478 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 192.114 | 189.191 | Provisões para riscos judiciais | 16 | 6.752 | 9.420 |
| Serviços pedidos | | 5.314 | 7.977 | Dividendos a pagar | | 66.622 | 63.159 |
| Impostos e contribuições a recuperar | | 77.224 | 68.189 | Outras contas a pagar | | 140.441 | 187.071 |
| Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar | | 4.153 | 9.024 | Total do passivo circulante | | 1.279.268 | 1.416.844 |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 15 | 471.108 | 474.404 | Não circulante | | | |
| Depósitos vinculados | 16 | 25.712 | 35.391 | Empréstimos e financiamentos | 13 | 2.421.365 | 1.764.510 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 26.4 | - | 59.952 | Debêntures | | 326.860 | 307.545 |
| Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros | 7 | 16.252 | - | Passivo de arrendamento | | 2.840 | 2.578 |
| Outros créditos a receber | | 1.302 | 44 | Instrumentos financeiros derivativos | 26.4 | 113.801 | - |
| Plano de aposentadoria e pensão (Benefício pós-emprego) | 25 | 15.008 | 4.342 | Impostos e contribuições a recolher | | 1.434 | 2.050 |
| Ativo financeiro da concessão | 9 | 296.441 | 222.315 | Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros | 7 | - | 20.358 |
| Investimentos | | 5.837 | 6.115 | Encargos setoriais | | 8.144 | 7.742 |
| Intangível | 10 | 2.404.295 | 2.109.373 | Provisões para riscos judiciais | 16 | 143.353 | 159.954 |
| Ativos de contrato | 11 | 455.658 | 321.704 | PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores | 17 | 159.065 | 156.802 |
| Direito de uso | | 3.493 | 3.230 | Benefício pós-emprego | 25 | 99.806 | 96.377 |
| Total do ativo não circulante | | 3.973.911 | 3.511.251 | Outras contas a pagar | | 17.475 | 28.722 |
| | | | | Total do passivo não circulante | | 3.294.143 | 2.546.638 |
| | | | | Patrimônio líquido | | | |
| | | | | Capital social | 18.1 | 605.780 | 605.780 |
| | | | | Reserva de capital | | 15.023 | 14.008 |
| | | | | Ajuste de avaliação patrimonial | | (95.747) | (122.910) |
| | | | | Reservas de lucros | | 973.079 | 937.453 |
| | | | | Lucro líquido do período | | - | - |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | 1.498.135 | 1.434.331 |
| Total do ativo | | 6.071.546 | 5.397.813 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 6.071.546 | 5.397.813 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



| | Notas | 2025 | 2024 |
|---|-------|--------------------|-------------|
| Receita operacional líquida | 20 | 3.461.962 | 3.109.736 |
| Energia elétrica comprada para revenda | 22 | (1.572.527) | (1.502.019) |
| Custo de construção | | (659.636) | (508.374) |
| Custo de operação | | (224.347) | (212.142) |
| Custos de energia elétrica, construção e operação | 21 | (2.456.510) | (2.222.535) |
| Lucro bruto | | 1.005.452 | 887.201 |
| Despesas operacionais | | | |
| Despesas com vendas | 21 | (123.307) | (142.190) |
| Despesas gerais e administrativas | 21 | (149.787) | (117.746) |
| Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa | 21 | (47.098) | (551) |
| Outras despesas operacionais, líquidas | 23 | (73.503) | (88.171) |
| Total de despesas operacionais | | (393.695) | (348.658) |
| Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro | | 611.757 | 538.543 |
| Receitas financeiras | 24 | 463.783 | 357.871 |
| Despesas financeiras | 24 | (721.372) | (529.271) |
| Resultado financeiro, líquido | | (257.589) | (171.400) |
| Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social | | 354.168 | 367.143 |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente | 15.4 | (75.514) | (1.667) |
| Imposto de renda e contribuição social - diferidos | 15.4 | 4.379 | (51.620) |
| Impostos sobre o lucro | | (71.135) | (53.287) |
| Lucro líquido do exercício | | 283.033 | 313.856 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.



Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|--|------------------|----------------|
| Lucro líquido do período | 283.033 | 313.856 |
| Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado | | |
| Resultados abrangentes (<i>hedge</i> e benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos) | 14.898 | (31.255) |
| Resultados abrangentes (<i>hedge</i> e benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos) | 14.898 | (31.255) |
| Total resultados abrangentes | 297.931 - | 282.601 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

| | 2025 | 2024 |
|--|------------------|------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro líquido do período | 283.033 | 313.856 |
| Ajustes para: | | |
| Amortização | 153.684 | 130.861 |
| Baixa de intangível e financeiro | 14.135 | 9.726 |
| Atualização do ativo financeiro e contratual | (10.221) | (3.512) |
| Encargos de dívidas, juros, variações monetárias, cambiais líquidas e marcação a valor justo | 7.412 | 407.061 |
| Baixa de recebíveis incobráveis | 6.247 | 50.420 |
| Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos | 354.515 | (202.361) |
| Ajuste a valor presente | (4.462) | (6.798) |
| Rendimentos de aplicações financeiras | (97.047) | (41.810) |
| Benefícios pós-emprego | 12.995 | 9.164 |
| Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | 47.098 | 551 |
| Provisão e atualização para riscos judiciais | 21.749 | 25.525 |
| Provisão e atualização de encargos setoriais | 28.182 | 26.094 |
| Valores a receber (devolver) de parcela A e outros itens financeiros | (44.933) | 130.722 |
| PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores | 108 | 159 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 75.514 | 1.667 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (4.379) | 51.620 |
| Provisão para perda de estoque | 9.964 | 540 |
| Atualização (reversão) encargos geração distribuída | - | (2.091) |
| Participação de lucros | 20.492 | 12.934 |
| Valor justo das opções de compra | 9.144 | (2.137) |
| Subtotal | 883.230 | 912.191 |
| Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes | | |
| Contas a receber de clientes | (11.152) | 11.281 |
| Serviços pedidos | 38.621 | (12.927) |
| Depósitos judiciais | 9.719 | 4.909 |
| Almoxarifado | (6.153) | (9.271) |
| Impostos e contribuições a recuperar | (19.312) | (11.003) |
| Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar | (70.117) | (4.684) |
| Outros créditos a receber | 2.141 | 39.924 |
| Fornecedores | (24.293) | (40.059) |
| Obrigações e encargos sobre folha de pagamento | 2.844 | (32.423) |
| Impostos e contribuições a recolher | (2.009) | 784 |
| Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher | (68.682) | (7.499) |
| Imposto de renda e contribuição social (diferido) | 12.063 | (9.142) |
| Valores a pagar de parcela A e outros itens financeiros | 2.439 | 13.995 |
| Encargos setoriais | (72.891) | (31.529) |
| Contribuição de iluminação pública | 35.415 | (6.929) |
| Participação nos lucros | (16.648) | (12.681) |
| Benefícios pós-emprego | (20.232) | 1.866 |
| Provisão para riscos judiciais | (41.018) | (31.501) |
| Outras contas a pagar | (71.901) | 2.551 |
| Caixa utilizado nas atividades operacionais | (321.166) | (134.338) |
| Juros recebidos de aplicações financeiras | 85.685 | 41.810 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | 60.253 | (14.864) |
| Juros pagos | (263.139) | (163.728) |
| Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 444.863 | 641.071 |
| Fluxo de caixa de atividades de investimento | | |
| Aquisições nos ativos de contrato | (636.617) | (437.473) |
| Aplicações financeiras | (80.582) | (476.976) |
| Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento | (717.199) | (914.449) |
| Fluxo de caixa de atividades de financiamento | | |
| Amortização de empréstimos e financiamentos | (559.240) | (49.813) |
| Captação de empréstimos e financiamentos, debêntures e outros | 1.446.486 | 622.900 |
| Amortização de debêntures | (200.000) | (411) |
| Amortização do passivo de arrendamento | (750) | (379) |
| Dividendos pagos | (231.679) | (278.585) |
| Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento | 454.817 | 293.712 |
| Aumento e diminuição em caixa e equivalentes de caixa | 182.481 | 20.334 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 52.706 | 32.372 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 235.187 | 52.706 |
| Aumento e diminuição em caixa e equivalentes de caixa | 182.481 | 20.334 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de reais)

| Notas | Capital social | Reserva de capital | Ajuste de avaliação patrimonial | Reservas de lucros | | | | | Lucros acumulados | Total |
|---|----------------|--------------------|---------------------------------|--------------------|--------------------|------------------------------|---|---------------------------------|-------------------|-----------|
| | | | | Legal | Incentivos fiscais | Reserva de lucros a realizar | Reserva estatutária de reforço de capital de giro | Dividendos adicionais propostos | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 605.780 | 13.312 | (103.921) | 27.805 | 140.490 | 62.991 | 467.406 | 173.581 | - | 1.387.444 |
| Pagamento baseado em ações - Stock option | - | 579 | - | - | - | - | - | - | - | 579 |
| Pagamento baseado em ações - Matching Shares | - | 117 | - | - | - | - | - | - | - | 117 |
| Resultado benefício pós-emprego | - | - | (9.142) | - | - | - | - | - | - | (9.142) |
| Tributos diferidos sobre benefício pós-emprego | - | - | 3.108 | - | - | - | - | - | - | 3.108 |
| Resultados de hedge <i>accounting</i> | - | - | (38.214) | - | - | - | - | - | - | (38.214) |
| Tributos diferidos sobre perdas de instrumentos financeiros | - | - | 12.993 | - | - | - | - | - | - | 12.993 |
| Lucro líquido do período | - | - | - | - | - | - | - | - | 313.856 | 313.856 |
| Reserva legal | - | - | - | 12.705 | - | - | - | - | (12.705) | - |
| Recomposição de incentivos fiscais | - | - | - | - | 59.752 | - | - | - | (59.752) | - |
| Reserva de incentivos fiscais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | - | - | - | - | (60.349) | (60.349) |
| Dividendos adicionais distribuídos 2023 | - | - | - | - | - | - | - | (173.581) | - | (173.581) |
| Dividendos adicionais propostos 2024 | - | - | - | - | - | - | - | 168.784 | (168.784) | - |
| Realização do AIC | - | - | 12.266 | - | - | - | - | - | (12.266) | - |
| Realização da reserva de lucros a realizar | - | - | - | - | - | (2.480) | - | - | - | (2.480) |
| Realização da reserva estatutária de reforço de capital de giro | - | - | - | - | - | - | (39) | 39 | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 605.780 | 14.008 | (122.910) | 40.510 | 200.242 | 60.511 | 467.367 | 168.823 | - | 1.434.331 |
| Pagamento baseado em ações - Stock option | 19 | - | 310 | - | - | - | - | - | - | 310 |
| Pagamento baseado em ações - Matching Shares | 19 | - | 705 | - | - | - | - | - | - | 705 |
| Dividendos adicionais 2024 | - | - | - | - | - | - | - | (168.823) | - | (168.823) |
| Resultado abrangente no período | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultado benefício pós-emprego | - | - | 12.064 | - | - | - | - | - | - | 12.064 |
| Tributos diferidos sobre benefício pós-emprego | - | - | (4.103) | - | - | - | - | - | - | (4.103) |
| Resultados de hedge <i>accounting</i> | 26.4 | - | 10.510 | - | - | - | - | - | - | 10.510 |
| Tributos diferidos sobre perdas de instrumentos financeiros | 15.2 | - | (3.573) | - | - | - | - | - | - | (3.573) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | 283.033 | 283.033 |
| Reserva legal | 18.2 | - | - | 11.789 | - | - | - | - | (11.789) | - |
| Reserva de incentivos fiscais | 18.2 | - | - | - | 47.261 | - | - | - | (47.261) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 18.3 | - | - | - | - | - | - | - | (55.996) | (55.996) |
| Dividendos adicionais propostos 2025 | 18.3 | - | - | - | - | - | - | 142 | (142) | - |
| Realização do AIC | - | - | 12.265 | - | - | - | - | - | (12.265) | - |
| Realização da reserva de lucros a realizar | - | - | - | - | - | (10.323) | - | - | - | (10.323) |
| Constituição da reserva estatutária de reforço de capital de giro | - | - | - | - | - | - | 155.580 | - | (155.580) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 605.780 | 15.023 | (95.747) | 52.299 | 247.503 | 50.188 | 622.947 | 142 | - | 1.498.135 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de reais)

| | 2025 | 2024 |
|--|--------------------|--------------------|
| Receitas | | |
| Vendas de produtos e serviços | 4.038.422 | 3.901.017 |
| Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa | (47.098) | (551) |
| Receitas de construção | 659.636 | 508.374 |
| Outras receitas | 1.178 | 14.119 |
| Subtotal | 4.652.138 | 4.422.959 |
| Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI) | | |
| Custos dos produtos e dos serviços vendidos | (2.232.163) | (2.010.393) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (214.149) | (257.402) |
| Outras despesas | (93.984) | (114.975) |
| Subtotal | (2.540.296) | (2.382.770) |
| Valor adicionado bruto | 2.111.842 | 2.040.189 |
| Amortização | (153.684) | (130.861) |
| Valor adicionado líquido gerado pela Companhia | 1.958.158 | 1.909.328 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | |
| Receitas financeiras | 472.494 | 362.867 |
| Valor adicionado total a distribuir | 2.430.652 | 2.272.195 |
| Distribuição do valor adicionado | | |
| Pessoal | | |
| Remuneração direta | 63.863 | 43.565 |
| Benefícios | 30.233 | 21.736 |
| FGTS | 8.058 | 6.924 |
| Subtotal | 102.154 | 72.225 |
| Impostos, taxas e contribuições | | |
| Federais | 669.231 | 699.850 |
| Estaduais | 651.393 | 653.986 |
| Municipais | 1.035 | 1.006 |
| Subtotal | 1.321.659 | 1.354.842 |
| Remuneração de capitais de terceiros | | |
| Juros | 639.661 | 451.712 |
| Aluguéis | 2.434 | 2.001 |
| Outras despesas financeiras | 81.711 | 77.559 |
| Subtotal | 723.806 | 531.272 |
| Remuneração de capitais próprios | | |
| Dividendos, juros sobre capital próprio e lucros retidos | 66.319 | 229.133 |
| Lucro líquido do período | 216.714 | 84.723 |
| Subtotal | 283.033 | 313.856 |
| Valor adicionado | 2.430.652 | 2.272.195 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Contexto operacional

A Equatorial Alagoas Distribuidora Energia S.A (“Companhia” ou “Equatorial Alagoas”), sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na avenida Fernandes Lima, 3349, bairro Gruta de Lourdes, na cidade Maceió, Estado de Alagoas, controlada pela Equatorial S.A. (“Controladora”). A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o estado de Alagoas com 27.848 km², atendendo, em 31 de dezembro de 2025, 1.420.757^(*) consumidores sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 07/2001, firmado com a ANEEL em 12 de fevereiro de 2001, a Companhia detinha concessão para distribuição de energia elétrica em todo o território do estado de Alagoas, cuja vigência se encerrou em 07 de julho de 2015.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A partir de então, a Companhia passou a operar como prestadora de serviço de distribuição de energia elétrica designada, conforme Portaria nº 388/2016 do MME. Neste período, a Companhia foi gerida pela Eletrobrás (o antigo controlador) e, para manutenção das suas atividades, recebeu recursos do fundo Reserva Global de Reversão (RGR).

Em 19 de março de 2019, a Companhia celebrou o Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 002/2019 - ANEEL, com interveniência e anuência da Equatorial S.A., como acionista controlador, cujo prazo da concessão é de 30 anos, com vigência até 18 de março de 2049, podendo ser renovado por igual período a critério do Poder Concedente.

1.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, a qual entrará em vigor a partir de 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. Complementarmente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026 que regulamenta a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do IBS, consolidando os aspectos operacionais necessários para o início do período de teste do novo sistema. No entanto, aspectos operacionais e detalhes especificados ainda dependem de regulamentação complementar. Até 31 de dezembro de 2025, não foram reconhecidos efeitos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. No entanto, a Administração ressalta que o advento da LC 227/2026 traz maior previsibilidade ao rito de transição que se iniciará no exercício de 2026.

A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os impactos contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas em legislação complementar. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

2 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia, quando aplicável, também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e todos os valores estão arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2026.

2.1 Julgamentos sobre premissas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

| Tópicos | Notas explicativas | Descrição |
|---|--------------------|--|
| Contas a receber de clientes | 3.12, 6 e 26 | Estimativas dos montantes da receita sobre a energia consumida, porém não faturada. |
| Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | 3.13.3, 6.2 e 26 | Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável. |
| Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros | 3.7, 7 e 26 | Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens. |
| Ativo financeiro da concessão | 3.3.1 e 9 | Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão. |
| Intangível | 3.3.2 e 10 | Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão. |
| Ativos de contrato | 3.4 e 11 | Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão. |
| Imposto de renda e contribuições sociais | 3.8. e 15 | Julgamento para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. |
| Provisão para riscos judiciais | 3.14 e 16 | Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda. |
| Transações de pagamentos baseados em ações | 3.9.2, 19.1 e 19.2 | As estimativas significativas referem-se à determinação do valor justo dos instrumentos concedidos na data da outorga e, no caso de planos liquidados em caixa, à mensuração do valor justo para o reconhecimento do passivo. |
| Transações de pagamentos baseados em ação - <i>Stock Option e Matching Shares</i> | 3.9.2 e 19.3 | Determinação do valor justo dos instrumentos concedidos na data da outorga. |
| Receita operacional líquida | 3.1 e 20 | Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de <i>performance</i> , entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção. |
| Benefício pós-emprego | 3.9.1 e 25 | Estimativa dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego. |
| Instrumentos financeiros | 3.12 e 26 | Julgamentos e estimativas na mensuração de instrumentos financeiros, incluindo a determinação de valor justo, especialmente para instrumentos não cotados e derivativos, assim como premissas relacionadas a risco de crédito, taxas de mercado e modelos de precificação. |

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações incluídas na nota explicativa nº 3.17 – Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes.

3.1 Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia, no âmbito da atividade de distribuição de energia elétrica, são compostas por:

- (i) Receita de distribuição: reconhecida com base na energia elétrica efetivamente consumida pelos clientes, conforme o calendário de leitura e a tarifa estabelecida pela ANEEL. A receita não faturada, correspondente ao período entre a última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida no mês da prestação do serviço;
- (ii) Receita pela disponibilidade: uso da rede, referente à infraestrutura de distribuição colocada à disposição de consumidores livres e cativos, mensurada com base na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), conforme regulação da ANEEL;
- (iii) Receita de construção: derivada de serviços de construção e melhorias da infraestrutura associada à concessão, reconhecida conforme o estágio de execução da obra. Em função do modelo regulatório, essa receita é reconhecida com margem de lucro nula, uma vez que não há previsão tarifária de remuneração sobre essa atividade; e

- (iv) Receita de remuneração dos ativos financeiros indenizatórios: calculada pelo método dos juros efetivos, com base na taxa regulatória (WACC) e atualizada monetariamente pelo IPCA, refletindo o valor justo do ativo financeiro vinculável à indenização ao final da concessão, conforme nota explicativa 3.3.1 – Ativo financeiro de concessão.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentado sem considerar os saldos de contas garantidas, que são tratados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e Financiamentos", no passivo circulante.

3.3 Ativo intangível e ativo financeiro de concessão

A Companhia opera sob contratos de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica firmados com a União, na qualidade de poder concedente. Tais contratos estabelecem que: (a) Os serviços a serem prestados, as classes de consumidores atendidas e os padrões de desempenho exigidos; (b) A obrigação de manutenção e devolução da infraestrutura nas mesmas condições originais, demandando investimentos contínuos; (c) O direito à indenização ao final da concessão pelos ativos vinculados não amortizados/depreciados; (d) A regulação tarifária com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), assegurando a cobertura de custos, amortização dos investimentos e remuneração do capital.

Em conformidade com a ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a Companhia adota os seguintes critérios de contabilização:

Ativo financeiro: referente ao direito incondicional de receber caixa do poder concedente pelos investimentos realizados, mensurado com base no Valor Novo de Reposição (VNR);

Ativo intangível: referente ao valor residual não indenizável, recuperável mediante a prestação contínua do serviço ao consumidor final.

A infraestrutura utilizada na concessão é recuperada através de:

- (i) faturamento decorrente do consumo de energia durante o prazo da concessão; e
- (ii) indenização por bens reversíveis ao final da concessão.

3.3.1 Ativo financeiro da concessão

A Companhia reconhece ativo financeiro da concessão sempre que possuem direito contratual incondicional de receber caixa do poder concedente (indenização). Quando a remuneração se dá parte por ativo financeiro e parte por ativo intangível, os componentes são reconhecidos separadamente com base em seu valor justo inicial, sem reclassificação posterior, salvo alteração no modelo de gestão dos ativos financeiros.

Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o ativo financeiro é atualizado, mensalmente, considerando o IPCA, por ser este um dos principais índices de atualização utilizado pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. A atualização é registrada contabilmente em receitas operacionais, conforme diretrizes da OCPC 05 – Contratos de Concessão, alinhando-se ao modelo de negócio da Companhia.

A Lei nº 12.783/2013 determina que a indenização utilize a metodologia do VNR, considerando a Base de Remuneração Regulatória (BRR) estabelecida pela ANEEL. A remuneração inclui também ativos ainda não homologados, estimados com base no IPCA e projeções de glosas fundamentadas em experiências anteriores, conforme práticas da Administração, buscando refletir o valor justo dos ativos.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

3.3.2 Ativo intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. De acordo com o CPC 04, um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

3.3.3 Obrigações especiais

Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Essa exigência garante a conformidade com as regulamentações e a supervisão do órgão regulador, assegurando que as obrigações sejam tratadas de acordo com as normas estabelecidas, conforme previsto na Lei nº 8.987/1995 e na Lei nº 12.783/2013.

3.4 Ativos de contrato

Os ativos de contrato são direitos à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização), e consequente transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão.

Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição.

3.5 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, conforme estabelecido no CPC 20-Custo de Empréstimos. Essa norma permite a capitalização de custos de empréstimos durante o período de construção ou produção. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.6 Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros

A estrutura das tarifas de energia elétrica é composta por:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): incluem encargos e custos com compra e transporte de energia, que são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo poder concedente, sem impacto direto no resultado da Companhia.
- Parcela B (custos gerenciáveis): referem-se a investimentos em infraestrutura, operação, manutenção e remuneração de capital. Essa parcela influencia diretamente o desempenho da Companhia, pois envolve riscos operacionais e não possui garantia de neutralidade tarifária.

As tarifas são definidas com base no modelo tarifário estabelecido pela Lei nº 8.987/1995, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro das concessões. O modelo prevê:

- reajuste tarifário anual, para atualização de custos.
- revisão tarifária periódica a cada cinco anos, com recomposição da Parcela B e ajuste da Parcela A, conforme a Lei nº 12.783/2013.

Durante o processo tarifário, eventuais diferenças entre os custos estimados e os efetivamente incorridos da Parcela A, no ciclo tarifário geram ativos ou passivos setoriais, registrados pelo regime de competência. Esses valores serão compensados financeiramente no ciclo tarifário subsequente ou, em caso de extinção da concessão, incluídos na base de indenização prevista contratualmente.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

3.7.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável do exercício, às alíquotas de 15% para o imposto de renda, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil, e 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, a Companhia compensa prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados a 30% do lucro real do exercício.

Os tributos correntes a pagar ou a recuperar são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo ou passivo, com base na melhor estimativa do valor esperado a recolher ou a recuperar, utilizando as alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa ativos e passivos fiscais correntes quando existe direito legalmente executável de compensação e há intenção de liquidar os valores em bases líquidas ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em conformidade com o ICPC 22 — Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia periodicamente a probabilidade de aceitação dos tratamentos fiscais adotados nas apurações do imposto de renda e da contribuição social. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu que é mais provável que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

3.7.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e suas bases fiscais.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização, considerando projeções baseadas nos planos de negócios da Companhia. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado periodicamente e reduzido quando não for mais provável sua realização.

Os tributos diferidos são mensurados pelas alíquotas vigentes na data do balanço, aplicáveis no período esperado de reversão das diferenças temporárias.

3.8 Subvenção e assistência governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que serão recebidas e de que todas as condições a elas vinculadas serão atendidas. Os benefícios relacionados a despesas são reconhecidos no resultado de forma sistemática ao longo do período do benefício. Aqueles vinculados a ativos são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado linearmente ao longo da vida útil estimada dos respectivos ativos. Benefícios não monetários são registrados pelo valor nominal e reconhecidos no resultado ao longo da vida útil do bem, em prestações anuais iguais.

(a) Benefícios fiscais

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiu Laudos Constitutivos que concedem a Companhia o direito à redução de 75% do imposto de renda, em razão da implantação, modernização e diversificação dos empreendimentos localizados em suas respectivas áreas de atuação, com vigência para os anos de 2023 a 2032.

(b) Benefícios para reinvestimentos

São decorrentes de benefício fiscal instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997, e Medida Provisória nº 2.199/2014, que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infraestrutura e turismo, considerados prioritários conforme Decreto nº 4.213/2002, que estejam em operação na área da SUDENE, reinvestir em seus próprios projetos de modernização ou complementação de equipamentos. O reinvestimento corresponde a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios. Os valores são recolhidos ao Banco do Nordeste (BNB) e podem ser utilizados no ressarcimento de despesas já realizadas no ano-calendário correspondente à opção, ou para adquirir equipamentos novos, sendo vedada a utilização dos recursos em equipamentos usados ou recondicionados.

3.9 Benefícios a empregados

3.9.1 Benefícios pós-emprego e outros benefícios a empregados

A Companhia reconhece as obrigações de benefícios de curto prazo a empregados como despesas de pessoal à medida que os serviços são prestados, registrando passivos pelo montante do pagamento esperado quando houver obrigação legal ou construtiva mensurável.

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal quando incorridas, conforme as orientações do CPC 33 (IAS 1) Benefícios a Empregados, sendo ativos reconhecidos quando há expectativa de reembolso ou redução em pagamentos futuros.

Já os planos de benefício definido têm suas obrigações líquidas calculadas anualmente por atuário qualificado, considerando o valor presente dos benefícios futuros esperados, deduzidos dos ativos do plano. Reavaliações atuariais (ganhos e perdas), retorno dos ativos (exceto juros) e efeitos do teto são registrados diretamente em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos são calculados com base na taxa de desconto aplicada ao valor líquido passivo/ativo de benefício definido no início do período. Os juros líquidos e as demais despesas do plano são reconhecidos no resultado. Alterações e liquidações de planos são reconhecidas quando ocorrem.

3.9.2 Transações de pagamento baseado em ações

A Equatorial S.A. concedeu plano de pagamento baseado em ações e opção de compra de ações a administradores e colaboradores da Companhia.

A Companhia reconhece como despesa, contra patrimônio líquido ou passivo, os pagamentos baseados em ações à medida que os serviços são prestados. O valor justo dos prêmios concedidos a administradores e colaboradores é reconhecido como despesa de pessoal durante o período de aquisição do direito, ajustado conforme a expectativa de cumprimento das condições de serviço e desempenho. Para transações em que os bens ou serviços não são identificáveis, o valor é mensurado pela diferença entre o valor justo do instrumento patrimonial outorgado e o valor dos bens ou serviços identificáveis. No caso de liquidação em caixa, o passivo é remensurado até sua quitação.

3.10 Capital social

3.10.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 - Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa.

3.10.2 Ações preferenciais não resgatáveis

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

3.11 Distribuição de dividendos

A Companhia reconhece dividendos no passivo circulante quando a distribuição é obrigatória por estatuto ou lei, ou quando aprovada pelos acionistas, em conformidade com o CPC 25 e a ICPC 08 (R1). O estatuto social estabelece a distribuição mínima obrigatória de 25% do lucro líquido ajustado pela dedução das constituições no exercício de Reserva de Incentivos Fiscais e Reserva Legal, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio. Dividendos adicionais propostos antes da data do balanço permanecem no patrimônio líquido, enquanto propostas após essa data são divulgadas como eventos subsequentes, nos termos da legislação societária vigente.

3.12 Instrumentos financeiros

3.12.1 Ativos financeiros

(a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR), conforme o modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixa, nos termos do CPC 48. As contas a receber de clientes são mensuradas inicialmente na data de origem ao preço da transação, quando não há componente significativo de financiamento. Os demais ativos financeiros são reconhecidos na data em que a Companhia se torna parte das cláusulas contratuais e mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação, quando não designados ao VJR. Ativos mantidos para recebimento de fluxos contratuais de principal e juros são mensurados ao custo amortizado, enquanto os mantidos para recebimento e venda são classificados ao VJORA. Os demais ativos, inclusive derivativos, são classificados ao VJR, sendo permitida sua designação irrevogável nessa categoria para eliminar ou reduzir descasamentos contábeis.

(b) Ativos financeiros – avaliação do modelo de negócio

A Companhia avalia o objetivo do modelo de negócios no qual os ativos financeiros são mantidos, considerando a forma como a carteira é gerida e as informações fornecidas à Administração. Essa avaliação contempla as políticas e objetivos definidos para a carteira, o foco na geração de receitas de juros, a gestão de prazos e fluxos de caixa, a forma como o desempenho é monitorado, os riscos associados e a forma de remuneração dos gestores. Também são considerados o histórico, o volume e os motivos de vendas anteriores, além das expectativas futuras de alienação. As transferências de ativos financeiros para terceiros que não se qualificam para desreconhecimento não são tratadas como vendas, mantendo-se o reconhecimento contábil desses ativos. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

| | |
|---------------------------------------|---|
| Ativos financeiros a VJR | Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. |
| Ativos financeiros a custo amortizado | Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. |
| Instrumentos de dívida a VJORA | Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. |
| Instrumentos patrimoniais a VJORA | Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. |

3.12.2 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos

A Companhia classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, forfait etc.) com fornecedores em Fornecedores no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a

pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da Companhia, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.12.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.12.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.12.5 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia não possui derivativos embutidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo.

(a) *Hedge* de fluxo de caixa e valor justo

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA) e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando um derivativo é designado como instrumento de *hedge* de valor justo, as variações no valor justo do derivativo são reconhecidas diretamente no resultado do período. Simultaneamente, o valor contábil do item objeto de *hedge* é ajustado pelas variações atribuíveis ao risco objeto da proteção, sendo tais efeitos também reconhecidos no resultado, de forma a refletir a compensação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido.

Conforme CPC 48 – Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

Para mais informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avaliam se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota 26.4 – Instrumentos financeiros derivativos.

3.12.6 Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Na determinação do valor justo, foi considerado o impacto de possíveis assuntos relacionados às mudanças climáticas, incluindo legislações, que podem afetar a mensuração do valor justo de ativos e passivos das demonstrações contábeis. Atualmente, o impacto dos assuntos associados às mudanças climáticas não é material para as demonstrações contábeis da Companhia.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 26.3 - Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros.

3.13 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

3.13.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato, utilizando matriz de provisão baseada em taxas históricas de perda, ajustadas por informações prospectivas quando aplicável. As perdas de crédito esperadas são mensuradas, em regra, para a vida inteira dos instrumentos, exceto para títulos de dívida e saldos bancários com baixo risco de crédito ou cujo risco não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, os quais são mensurados com base em perdas esperadas para 12 meses. A avaliação considera informações razoáveis e suportáveis, quantitativas e qualitativas, incluindo experiência histórica, análises de crédito e fatores prospectivos. O prazo máximo considerado na estimativa corresponde ao período contratual máximo de exposição ao risco de crédito. Ver nota explicativa nº 26.6 – Gerenciamento dos riscos financeiros.

3.13.2 Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia a existência de evidências de perda por recuperação nos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Considera-se que um ativo financeiro apresenta problemas de recuperação quando há evidência objetiva de que um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial impactaram negativamente os fluxos de caixa futuros estimados do ativo. Tais evidências incluem, entre outros fatores, dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário, descumprimento de cláusulas contratuais, reestruturações de valores em condições não usuais, probabilidade de falência ou reorganização financeira do devedor, bem como o desaparecimento de mercado ativo em decorrência de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto quando a Companhia já reconheceu como estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização.

3.13.3 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas

A Companhia adota metodologia de estimativa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com base no risco de crédito dos valores a receber, segregados por faixa de atraso (aging list). A estimativa considera a experiência histórica de perdas, apurada a partir do histórico de recebimento dos últimos cinco anos e do faturamento dos 36 meses anteriores, resultando em uma matriz de provisão que reflete o comportamento de pagamento e a inadimplência dos consumidores.

Parcelamentos relevantes com garantias contratuais são avaliados individualmente quanto ao risco de crédito e submetidos à governança da alta administração. Os ativos financeiros sem expectativa razoável de recuperação são baixados do valor contábil bruto, sendo os títulos vencidos há mais de cinco anos baixados integralmente. Não é esperada recuperação relevante dos valores baixados, sem prejuízo da adoção de medidas de cobrança.

3.13.4 Ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de concessão da Companhia.

A Companhia avalia se os riscos climáticos, incluindo riscos físicos e riscos de transição, poderiam ter um impacto significativo. Caso afirmativo, esses riscos são incluídos nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os montantes de valor em uso.

Para fins de aplicação do CPC 01(R1), a Companhia é tratada como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC por concessão, por se tratar do menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa amplamente independentes das demais concessões.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos de contrato e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, procede-se ao teste de *impairment* (redução ao valor recuperável) que consiste na comparação entre o valor líquido contábil dos ativos com o seu valor recuperável, definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda

3.14 Provisões para riscos judiciais

As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita, conforme as orientações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.15 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia elaborou a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

3.16 Questões climáticas

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos devido a riscos tanto físicos quanto de transição. A administração monitora de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas, bem como uma possível transição para uma economia de baixo carbono. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- **Vida útil de ativos:** Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.
- **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas. A Companhia monitora constantemente possíveis efeitos climáticos em suas projeções de fluxo de caixa.

3.17 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.17.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

Diversas normas novas ou alterados tornaram-se aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia avalia essas alterações e normativos e não identificaram impactos significativos em suas demonstrações contábeis e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

3.17.2 Normas emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor e está em fase de avaliação de possíveis impactos.

| Norma | Descrição da alteração | Vigência |
|---|--|------------|
| CPC 48 e CPC 40 (R1): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros | Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares). | 01/01/2026 |
| Pronunciamento Técnico CBPS nº 01: Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02: Divulgação de Informações Climáticas | Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima. | 01/01/2026 |
| CPC 51: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis | O CPC 51 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. O CPC 51 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. O CPC 51 substituirá o CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis. | 01/01/2027 |
| IFRS 19: (sem norma contábil brasileira correspondente até o momento) Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações | Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. | 01/01/2027 |
| Melhorias Anuais às Normas Contábeis – Volume 11 | Em julho de 2024, o IASB publicou alterações pontuais para manutenção das Normas IFRS, trazendo ajustes para maior clareza, consistência e simplificação. As mudanças afetam o CPC 37 (R1), CPC 40 (R1) (e sua orientação), CPC 48, CPC 36 (R3) e CPC 03 (R2), com reflexos futuros nos pronunciamentos técnicos do CPC. Não se espera impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. | 01/01/2026 |

4 Caixa e equivalentes de caixa

| | 2025 | 2024 |
|--|----------------|---------------|
| Caixa e depósitos bancários à vista | 21.887 | 9.158 |
| Equivalentes de caixa | | |
| Investimentos | | |
| Certificados de Depósitos Bancários – CDB (a) | 213.300 | 1.443 |
| Fundo de investimento | | |
| Certificados de Depósitos Bancários – CDB | - | 1.686 |
| Operações compromissadas | - | 40.419 |
| Subtotal de equivalentes de caixa | 213.300 | 43.548 |
| Total Caixa e equivalentes de Caixa e equivalentes de caixa | 235.187 | 52.706 |

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a rentabilidade média ponderada da carteira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, equivale a 98,93% do CDI (98,79% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5 Aplicações financeiras

| | 2025 | 2024 |
|--|----------------|----------------|
| Circulante | | |
| Fundos de investimentos (a) | | |
| Cotas de fundos de investimentos | 762.303 | 588.316 |
| Cotas de fundos de investimento FIDC | 7.251 | 3.948 |
| Títulos públicos | - | 66.438 |
| Letra financeira | - | 19.741 |
| Fundo Aberto | 926 | 444 |
| Recursos vinculados | 7.550 | 7.199 |
| Subtotal circulante | 778.030 | 686.086 |
| Total das aplicações financeira | 778.030 | 686.086 |

(a) Referem-se a aplicações restritas a garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 equivale a 101,72% do CDI (99,00% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

| | 2025 | | | | 2024 | | | |
|---|----------------|---------------|-----------------|----------------|----------------|---------------|-----------------|----------------|
| | Vencidos | | | Total | Vencidos | | | Total |
| | A vencer | Até 90 dias | Mais de 90 dias | | A vencer | Até 90 dias | Mais de 90 dias | |
| Residencial | 92.016 | 57.749 | 119.768 | 269.533 | 90.592 | 61.429 | 117.026 | 269.047 |
| Industrial | 21.562 | 1.623 | 5.106 | 28.291 | 20.728 | 2.354 | 5.021 | 28.103 |
| Comercial | 53.612 | 10.806 | 49.217 | 113.635 | 55.371 | 10.449 | 49.833 | 115.653 |
| Rural | 12.287 | 2.760 | 7.787 | 22.834 | 13.729 | 2.808 | 7.573 | 24.110 |
| Poder público | 19.761 | 12.540 | 19.502 | 51.803 | 19.021 | 18.926 | 35.816 | 73.763 |
| Iluminação pública | 12.561 | 545 | 29.430 | 42.536 | 15.207 | 2.577 | 34.355 | 52.139 |
| Serviço público | 12.386 | 2.489 | 16.983 | 31.858 | 16.299 | 4.260 | 19.876 | 40.435 |
| Contas a receber de consumidores faturados | 224.185 | 88.512 | 247.793 | 560.490 | 230.947 | 102.803 | 269.500 | 603.250 |
| Residencial | 28.813 | 2.161 | 37.826 | 68.800 | 34.211 | 2.744 | 40.783 | 77.738 |
| Industrial | 40.446 | 11 | 741 | 41.198 | 40.532 | 60 | 1.259 | 41.851 |
| Comercial | 167.437 | 1.922 | 22.847 | 192.206 | 189.584 | 758 | 17.721 | 208.063 |
| Rural | 2.338 | 191 | 1.339 | 3.868 | 2.429 | 142 | 1.634 | 4.205 |
| Poder público | 72.610 | 732 | 15.582 | 88.924 | 46.700 | 1.313 | 19.545 | 67.558 |
| Iluminação pública | 18.220 | 3 | 898 | 19.121 | 9.083 | 26 | 659 | 9.768 |
| Serviço público | 18.228 | 81 | 854 | 19.163 | 13.991 | 82 | 1.084 | 15.157 |
| Parcelamentos (a) | 348.092 | 5.101 | 80.087 | 433.280 | 336.530 | 5.125 | 82.685 | 424.340 |
| Contas a receber de consumidores não faturados (b) | 70.776 | - | - | 70.776 | 69.759 | - | - | 69.759 |
| Baixa renda (c) | 44.802 | - | - | 44.802 | 35.204 | - | - | 35.204 |
| Outras | 75.805 | - | - | 75.805 | 69.427 | - | - | 69.427 |
| Subtotal bruto | 763.660 | 93.613 | 327.880 | 1.185.153 | 741.867 | 107.928 | 352.185 | 1.201.980 |
| (-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | (77.091) | (7.736) | (235.877) | (320.704) | (69.013) | (12.548) | (218.455) | (300.016) |
| Total contas a receber de clientes | 686.569 | 85.877 | 92.003 | 864.449 | 672.854 | 95.380 | 133.730 | 901.964 |
| Circulante | | | | 672.335 | | | | 712.773 |
| Não circulante | | | | 192.114 | | | | 189.191 |

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados no contas a receber referente aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente no montante de R\$ 106.800 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 111.262 em 31 de dezembro de 2024), em contrapartida ao resultado financeiro no montante de R\$ 4.462, conforme nota explicativa nº 24 – Resultado financeiro;
- (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores. Seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos sucedem ao período de encerramento contábil; e
- (c) O Governo Federal, por meio das Leis n.º 12.212 e 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

| | 2024 | Provisões/ Reversões (b) | Baixas | 2025 |
|--|------------------|-----------------------------|---------------|------------------|
| Contas a receber de consumidores faturados | (156.765) | (32.692) | 18.920 | (170.537) |
| Parcelamentos | (125.865) | (12.255) | 7.837 | (130.283) |
| Contas a receber de consumidores não faturados | (2.323) | 539 | - | (1.784) |
| Outras (a) | (15.063) | (2.847) | (190) | (18.100) |
| Total | (300.016) | (47.255) | 26.567 | (320.704) |

| | 2023 | Provisões/ Reversões | Baixas | 2024 |
|--|------------------|----------------------|----------------|------------------|
| Contas a receber de consumidores faturados | (285.427) | (19.091) | 147.753 | (156.765) |
| Parcelamentos | (195.865) | 19.498 | 50.502 | (125.865) |
| Contas a receber de consumidores não faturados | (3.215) | 892 | - | (2.323) |
| Outras | (27.563) | (1.922) | 14.422 | (15.063) |
| Total | (512.070) | (623) | 212.677 | (300.016) |

- (a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 1000 de 07 de dezembro de 2021; e
- (b) A movimentação líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, gerou uma provisão, no montante de R\$ 47.255, com impacto no resultado operacional e no resultado financeiro de R\$ 46.882 e R\$ 373, respectivamente, conforme notas explicativas nº 21 – Custos do serviço e despesas operacionais e nº 24 – Resultado financeiro.

7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

| | 2024 | Constituição | Amortização | Atualização | Constituições com efeito caixa | 2025 |
|--|-----------------|---------------|-----------------|-----------------|--------------------------------------|-----------------|
| Parcela A | | | | | | |
| CDE - Conta de desenvolvimento energético (a) | (63.327) | 31.822 | (15.364) | (5.014) | - | (51.883) |
| PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica | (248) | (29) | 1.149 | 304 | - | 1.176 |
| Rede básica (b) | 20.268 | (1.888) | (4.178) | (1.706) | - | 12.496 |
| Compra de energia CVA (c) | (6.524) | 83.653 | 21.158 | 3.388 | - | 101.675 |
| ESS - Encargos do serviço do sistema (d) | 14.524 | (19.511) | (6.912) | (10) | - | (11.909) |
| Subtotal | (35.307) | 94.047 | (4.147) | (3.038) | - | 51.555 |
| Itens financeiros | | | | | | |
| Sobrecontratação de energia (e) | 82.821 | (4.564) | (44.467) | 4.377 | - | 38.167 |
| Neutralidade (f) | (17.054) | (29.647) | 33.745 | 361 | - | (12.595) |
| Ultrapassagem de demanda e reativo excedente | (15.442) | (676) | 697 | (289) | - | (15.710) |
| Risco hidrológico | (59.098) | - | 1.946 | (3.646) | - | (60.798) |
| CDE Modicidade Tarifária (h) | (7.583) | - | 7.305 | (358) | (2.280) | (2.916) |
| Reposicionamento Tarifário - RTD (g) | 23.194 | - | (23.194) | - | - | - |
| Outros | (37.792) | 37.819 | (11.781) | (9.557) | (159) | (21.470) |
| Subtotal | (30.954) | 2.932 | (35.749) | (9.112) | (2.439) | (75.322) |
| Total | (66.261) | 96.979 | (39.896) | (12.150) | (2.439) | (23.767) |
| Circulante | | | | | | |
| Valores a receber | 202.278 | | | | | 332.709 |
| Valores a pagar | (248.181) | | | | | (372.728) |
| Efeito líquido ativo (passivo) | (45.903) | | | | | (40.019) |
| Não circulante | | | | | | |
| Valores a receber | 28.272 | | | | | 127.639 |
| Valores a pagar | (48.630) | | | | | (111.387) |
| Efeito líquido ativo (passivo) | (20.358) | | | | | 16.252 |
| Efeito líquido total | (66.261) | | | | | (23.767) |

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



| | 2023 | Constituição | Amortização | Atualização | Créditos de PIS/COFINS | Constituições com efeito caixa | 2024 |
|--|---------------|-----------------|-----------------|--------------|------------------------|--------------------------------|-----------------|
| Parcela A | | | | | | | |
| CDE - Conta de desenvolvimento energético (a) | 6.248 | (66.857) | (2.763) | 45 | - | - | (63.327) |
| PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica | (1.089) | 52 | 887 | (98) | - | - | (248) |
| Rede básica (b) | 103.253 | (35.290) | (52.629) | 4.934 | - | - | 20.268 |
| Compra de energia CVA (c) | (52.384) | 54.828 | (1.701) | (7.267) | - | - | (6.524) |
| ESS - Encargos do serviço do sistema (d) | 17.292 | (14.765) | 10.172 | 1.825 | - | - | 14.524 |
| Subtotal | 73.320 | (62.032) | (46.034) | (561) | - | - | (35.307) |
| Itens financeiros | | | | | | | |
| Sobrecontratação de energia (e) | 91.477 | (34.148) | 20.951 | 4.541 | - | - | 82.821 |
| Neutralidade (f) | (20.228) | 24.445 | (21.544) | 273 | - | - | (17.054) |
| Ultrapassagem de demanda e reativo excedente | (13.593) | (867) | (669) | (313) | - | - | (15.442) |
| Risco hidrológico | (54.674) | - | (2.179) | (2.245) | - | - | (59.098) |
| Compensação créditos PIS/COFINS | - | - | 25 | - | (25) | - | - |
| CDE Modicidade Tarifária (f) | (31.757) | 13.697 | 25.694 | (1.520) | - | (13.697) | (7.583) |
| Reposicionamento tarifário – RTD (g) | 29.351 | (30.251) | 23.194 | 900 | - | - | 23.194 |
| Outros | 4.585 | (3.433) | (38.408) | (238) | - | (298) | (37.792) |
| Subtotal | 5.161 | (30.557) | 7.064 | 1.398 | (25) | (13.995) | (30.954) |
| Total | 78.481 | (92.589) | (38.970) | 837 | (25) | (13.995) | (66.261) |
| Circulante | | | | | | | |
| Valores a receber | 231.866 | | | | | | 202.278 |
| Valores a devolver | (169.662) | | | | | | (248.181) |
| Efeito líquido ativo (passivo) | 62.204 | | | | | | (45.903) |
| Não circulante | | | | | | | |
| Valores a receber | 53.620 | | | | | | 28.272 |
| Valores a devolver | (37.343) | | | | | | (48.630) |
| Efeito líquido ativo (passivo) | 16.277 | | | | | | (20.358) |
| Efeito líquido total | 78.481 | | | | | | (66.261) |

- (a) A conta de CDE foi impactada no exercício pelos custos com as quotas de CDE USO e GD de acordo com a REH nº 3.433 de 10 de dezembro de 2024 e REH nº 3.484 de 15 de julho de 2025, por ser maior que a cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2024 e 2025, resultando em um movimento positivo do exercício de R\$ 49.402, em contrapartida registrou-se um movimento passivo de devolução de cobertura dos encargos CDE Covid e Escassez, que tiveram os empréstimos quitados, com efeito negativo de R\$ 144.456, o efeito positivo do processo tarifário em R\$ 126.876 resultando no movimento positivo da conta de CDE em R\$ 31.822;
- (b) A conta de Rede básica apresentou uma constituição negativa de R\$ 1.888, decorrente de custos com a despesa de Rede Básica superiores à cobertura tarifária estabelecida no processo tarifário de 2025 no montante de R\$ 29.520, e pelo efeito negativo do reajuste tarifário no valor de R\$ 31.408;
- (c) O saldo da CVA de Compra de Energia teve como principais impactos no exercício : (i) o efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras, para atendimento do mercado, o que explica o movimento principal de constituição de R\$ 96.302; (ii) o efeito positivo do processo tarifário em R\$ 16.530; e (iii) o efeito negativo de 3.881 referente a provisão de neutralidade de receita bandeira tarifária faturada em novembro e dezembro não homologada ANEEL, totalizando um movimento de constituição de R\$ 83.653;
- (d) O ESS está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O Operador Nacional do Sistema (ONS) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi superior aos custos efetivamente pagos, com isso, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a conta de Encargos de Serviços de Sistema (ESS) resultou em uma constituição passiva, de R\$ 16.579, sendo, que desse valor, sendo, que desse valor, R\$ 2.932 refere-se ao efeito negativo do processo tarifário. O valor da amortização foi impactado por R\$ 9.418, e pelo efeito positivo do reajuste de R\$ 2.506;
- (e) A constituição negativa do saldo de R\$ 4.564 deve-se à venda no mercado de curto prazo a um PLD médio superior ao preço médio de compra de energia das distribuidoras;
- (f) A neutralidade dos encargos é calculada a partir das diferenças mensais entre os valores faturados de cada item dos encargos setoriais durante o período de referência e os valores previstos no processo tarifário anterior, ajustados pela taxa SELIC, conforme regulamentação vigente. No período atual, foi registrada uma constituição negativa de R\$ 33.084, e efeito positivo do processo tarifário de R\$ 3.437, totalizando o movimento de constituição negativo em R\$29.647;
- (g) Trata-se do reconhecimento da diferença entre tarifas anterior à data de aniversário da concessão e a data de publicação, momento em que a ANEEL publicou resolução homologatória, permitindo a cobrança da atualização das tarifas que foi postergada. cujo saldo foi amortizado no exercício.

Anualmente, a ANEEL apura os novos índices do Reajuste Tarifário Anual (RTA) da Companhia, adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e, periodicamente, quando há Revisão Tarifária Periódica (RTP) também é feito o reposicionamento da Parcela B (custos gerenciáveis).

Em 2025, no mês de abril, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste tarifário da Companhia. Adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes da Resolução Homologatória nº 3450, de 29 de abril de 2025, foram reajustadas, em média, (6,79%) correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 75.286 (R\$ 41.025 em 31 de dezembro de 2024) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 57.967 (R\$ 37.452 em 31 de dezembro de 2024) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes e R\$ 17.319 (3.573 em 31 de dezembro de 2024) recebido via CCRBT (Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias). A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Neste processo, a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) contabilizadas pela Companhia são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo período. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na Companhia.

A partir de 1º de abril de 2024, as faixas de acionamento das Bandeiras Tarifárias, de que trata o Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, passaram a ser as definidas no Ábaco de Acionamento das Bandeiras Tarifárias, de acordo com a Resolução homologatória nº 3.306 de 05 de março de 2024. Os valores a serem adicionados à tarifa de aplicação de energia, TE, serão de 18,85 R\$/MWh, quando da vigência da bandeira tarifária amarela, 44,63 R\$/MWh, quando da vigência do patamar 1 da bandeira tarifária vermelha e de 78,77 R\$/MWh, quando da vigência do patamar 2 da bandeira tarifária vermelha.

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



8 Partes relacionadas

A Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

| Empresas | Nota | 2025 | | 2024 | |
|---|------|-----------------|---------------------------------------|-----------------|---------------------------------------|
| | | Ativo (Passivo) | Efeito no resultado Receita (Despesa) | Ativo (Passivo) | Efeito no resultado Receita (Despesa) |
| Contas a receber de clientes | | | | | |
| Associação para Assinatura de Energia | (m) | 94 | 1.075 | 88 | - |
| Total | | 94 | 1.075 | 88 | - |
| Outros créditos a receber (bens materiais) | | | | | |
| Entidade é membro do mesmo grupo econômico | | | | | |
| Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. | (f) | 386 | - | 76 | - |
| Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. | (f) | 791 | - | 4 | - |
| Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) | (f) | - | - | 74 | - |
| E-Nova Geração Distribuída S.A. | (f) | - | 21 | 5 | 20 |
| Total | | 1.177 | 21 | 159 | 20 |
| Outros créditos a receber | | | | | |
| Entidade é membro do mesmo grupo econômico | | | | | |
| Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. | (a) | 1.999 | 6.583 | 1.938 | 5.448 |
| Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. | (a) | 962 | 7.807 | 2.877 | 7.883 |
| Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. | (a) | 401 | 3.037 | 1.015 | 3.117 |
| Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) | (a) | 344 | 3.212 | 1.022 | 3.249 |
| Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA | (a) | 97 | 757 | 223 | 649 |
| Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. | (a) | 904 | 8.422 | 2.503 | 4.674 |
| Equatorial Transmissora 1 SPE S.A. | (l) | - | 27 | 15 | 40 |
| Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. | (l) | - | 25 | 15 | 40 |
| Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. | (l) | - | 38 | 19 | 54 |
| Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. | (l) | - | 74 | 60 | 132 |
| Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. | (l) | - | 29 | 16 | 44 |
| Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. | (l) | - | 32 | 17 | 47 |
| Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. | (l) | - | 51 | 31 | 79 |
| Total | | 4.707 | 30.094 | 9.751 | 25.456 |
| Fornecedores | | | | | |
| Entidade é membro do mesmo grupo econômico | | | | | |
| Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. | (f) | (57) | - | - | - |
| Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. | (f) | (346) | - | - | - |
| Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. | (f) | (626) | - | - | - |
| Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) | (f) | (107) | - | (405) | - |
| Instituto Equatorial | (g) | (168) | - | - | - |
| Equatorial Serviços S.A. | (b) | (3.990) | (17.731) | (4.419) | (19.393) |
| Equatorial Telecomunicações S.A. | (c) | (1.034) | (3.195) | (445) | (1.264) |
| Equatorial Transmissora 1 SPE S.A. | (h) | - | (638) | (57) | (656) |
| Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. | (h) | - | (570) | (51) | (645) |
| Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. | (h) | - | (833) | (100) | (946) |
| Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. | (h) | - | (1.502) | (180) | (1.690) |
| Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. | (h) | - | (691) | (52) | (699) |
| Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. | (h) | - | (859) | (103) | (970) |
| Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. | (h) | - | (868) | (64) | (1.088) |
| E-Nova Geração Distribuída S.A. | (i) | - | (34) | - | - |
| Total | | (6.328) | (26.921) | (5.876) | (27.351) |
| Outras contas a pagar | | | | | |
| Entidade é membro do mesmo grupo econômico | | | | | |
| Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. | (a) | (4.501) | (15.488) | (4.024) | (10.968) |
| Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. | (a) | (703) | (5.333) | (1.150) | (5.070) |
| Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. | (a) | (264) | (2.027) | (422) | (1.632) |
| Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D | (a) | (226) | (2.132) | (711) | (1.808) |
| Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. | (a) | (629) | (5.797) | (1.729) | (3.074) |
| Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA | (a) | (44) | (519) | (162) | (472) |
| Instituto Equatorial | (n) | - | (1.808) | - | (1.826) |
| Equatorial Transmissora 1 SPE S.A. | (h) | - | (9) | (5) | (11) |
| Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. | (h) | - | (16) | (8) | (21) |
| Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. | (h) | - | (13) | (4) | (8) |
| Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. | (h) | - | (258) | (81) | (293) |
| Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. | (h) | - | (10) | (5) | (11) |
| Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. | (h) | - | (11) | (3) | (6) |
| Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. | (h) | - | (17) | (12) | (25) |
| Controladora direta | | | | | |
| Equatorial S.A. | (e) | - | (2.551) | (2.256) | (7.854) |
| Entidade é plano de benefício pós-emprego | | | | | |
| Equatorial Energia Fundação de Previdência - EQTPREV | (d) | - | (2.723) | - | (1.923) |
| Total | | (6.367) | (38.712) | (10.572) | (35.002) |

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



| | Nota | 2025 | | 2024 | |
|--|------|-----------------|---|-----------------|---|
| | | Ativo (Passivo) | Efeito no resultado Receita (Despesa) | Ativo (Passivo) | Efeito no resultado Receita (Despesa) |
| Dividendos a pagar | | | | | |
| Controladora direta | | | | | |
| Equatorial S.A. | (j) | (51.396) | - | (48.678) | - |
| Outros tipos de partes relacionadas | | | | | |
| Equatorial Energia Distribuição S.A. | (j) | (12.601) | - | (11.938) | - |
| Outros | (j) | (2.625) | - | (2.543) | - |
| Total | | (66.622) | - | (63.159) | - |
| | | 2025 | | 2024 | |
| Empresas | Nota | Ativo | Passivo | Ativo | Passivo |
| Investimentos em serviço – (bens em comodato) | | | | | |
| Entidade é membro do mesmo grupo econômico | | | | | |
| Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. | (k) | 662 | (662) | 662 | (662) |
| Total | | 662 | (662) | 662 | (662) |

- (a) Valores referentes aos contratos de compartilhamento que abrangem os contratos de infraestrutura relacionados ao uso do sistema de transmissão e recursos humanos, após validação de cálculos pelo órgão regulador ANEEL;
- (b) Os valores são oriundos de prestação serviços de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado;
- (c) Os valores têm como objetivo utilizar a estrutura de distribuição de energia de uso mútuo dos postes para levar o cabeamento de fibra ótica;
- (d) Os valores são provenientes das contribuições da patrocinadora da Companhia com sua Fundação de Previdência Complementar. As condições do plano de previdência da Equatorial Alagoas com a EQTPREV;
- (e) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (aval) entre a Companhia (contratante) e a Equatorial S.A. (contratada), estabelecendo as condições para remuneração pela prestação de garantia sob a forma de aval em contratos específicos. Ressalta-se que o instrumento se refere exclusivamente à concessão de garantia, não caracterizando operação de mútuo ou empréstimo entre as partes. A prestação da garantia está sujeita à remuneração equivalente a 1% a.a. (um por cento ao ano), calculada pro rata sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (f) Os valores são provenientes da compra e venda de materiais;
- (g) Referem-se à projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa.
- (h) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a outubro referente a serviços prestados por meio da tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (i) Saldo referentes ao contrato de arrendamento de terrenos;
- (j) Os valores referem-se principalmente, à distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2025, conforme divulgado na nota explicativa nº 18.3 – Dividendos a pagar;
- (k) Relação de ativos cedidos em comodato, de forma não onerosa pelo prazo de 10 (dez) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (l) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a outubro do contrato de compartilhamento, e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (m) Os valores são provenientes do contrato de uso da rede de energia; e
- (n) Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia reconheceu despesas de doações realizadas para o Instituto.

8.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho de Administração, o Presidente e Diretores. A remuneração total foi fixada em até R\$ 19.800, conforme Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2025 (R\$ 12.000 em 28 de abril de 2024). Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Os benefícios pós-emprego estão descritos na nota explicativa nº 25- Benefício pós emprego (Entidade de previdência privada) e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de plano de Pagamento Baseado em Ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 19.1 – Plano de opção de compra de ações.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

| | 2025 | 2024 |
|---|---------------|--------------|
| Remuneração fixa anual | 2.285 | 2.873 |
| Salário ou pró-labore | 2.103 | 2.671 |
| Benefícios diretos e indiretos | 182 | 202 |
| Remuneração variável (a) | 6.912 | 2.246 |
| Benefícios pós emprego | 66 | 46 |
| Remuneração baseada em ações | 6.077 | 382 |
| Valor total da remuneração por órgão | 15.340 | 5.547 |

(a) As variações na remuneração, em relação ao exercício anterior, decorreram principalmente dos componentes de remuneração variável e baseada em ações. Os impactos refletem alterações na composição dos órgãos da administração e a variação do preço das ações do grupo, que influenciaram o montante reconhecido no exercício.

8.2 Garantias

A Equatorial S.A., controladora direta da Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia, com ônus^(*), nos contratos de financiamentos e sem ônus nas apólices de seguros abaixo listados:

| Instituição | Valor do financiamento | %Garantido | Início | Término | Valor liberado | 2025 (a) |
|---------------------|------------------------|------------|------------|------------|------------------|------------------|
| BNDDES 18/19/20 | 284.845 | 100 | 23/12/2019 | 15/10/2039 | 222.219 | 233.197 |
| BNDDES 21/22/23 | 491.929 | 100 | 28/01/2021 | 15/05/2040 | 491.429 | 525.915 |
| BNDDES 22/23/24 | 154.000 | 100 | 28/03/2025 | 15/08/2043 | 154.000 | 155.277 |
| IFC | 569.360 | 100 | 29/05/2025 | 15/09/2032 | 903.605 | 889.756 |
| Apólices de seguros | 334.475 | 100 | 04/05/2021 | 30/10/2032 | N/A | N/A |
| Total | 1.834.609 | | | | 1.771.253 | 1.804.145 |

(a) Os valores atualizados dos financiamentos, estão líquidos do custo de transação.

*Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor.

*Vide item e, nota explicativa nº. 8 - Partes relacionadas.

9 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

| | 2024 | Atualização do ativo financeiro | Transferência Ativo de contrato | Baixas | Reclassificação | 2025 |
|--------------------------|----------------|---------------------------------|---------------------------------|--------------|-----------------|----------------|
| Ativo financeiro | 251.784 | 10.221 | 64.867 | (962) | - | 325.910 |
| Obrigações especiais (a) | (29.469) | - | - | - | - | (29.469) |
| Total | 222.315 | 10.221 | 64.867 | (962) | - | 296.441 |

| | 2023 | Atualização do ativo financeiro (a) | Transferência Ativo de contrato | Baixas | Reclassificação | 2024 |
|--------------------------|----------------|-------------------------------------|---------------------------------|--------------|-----------------|----------------|
| Ativo financeiro | 236.316 | 3.512 | 28.777 | (588) | (16.233) | 251.784 |
| Obrigações especiais (b) | (29.469) | - | - | - | - | (29.469) |
| Total | 206.847 | 3.512 | 28.777 | (588) | (16.233) | 222.315 |

- (a) O valor de R\$ 29.469 corresponde ao reconhecimento de sobras físicas do laudo de avaliação homologado, pois de acordo o OFÍCIO Nº 84/2021-SFF/ANEEL, que trata dos Procedimentos contábeis para reconhecimento das Sobras Físicas e do Ativo Imobilizado em Curso – AIC, no âmbito da Medida Provisória nº 998/2020, O ingresso contábil dos ativos no patrimônio da concessionária deverá estar em consonância com as informações contidas no laudo de avaliação, com os efeitos da metodologia de valoração de ativos (VNR), o Capítulo III Art. 8º, § 2º da Lei nº 12.783, de 2013 que determina que o cálculo do valor da indenização correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do Poder Concedente.

10 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

| | Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%) | 2025 | | | Valor líquido |
|--------------|---|------------------|--------------------|---------------------------------------|------------------|
| | | Custo | Amortização | (-) Obrigações vinculadas à concessão | |
| Em serviço | 4,39% | 3.914.043 | (1.273.584) | (236.164) | 2.404.295 |
| Total | | 3.914.043 | (1.273.584) | (236.164) | 2.404.295 |

| | Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%) | 2024 | | | Valor líquido |
|--------------|---|------------------|--------------------|---------------------------------------|------------------|
| | | Custo | Amortização | (-) Obrigações vinculadas à concessão | |
| Em serviço | 4,20% | 3.489.965 | (1.125.311) | (255.281) | 2.109.373 |
| Total | | 3.489.965 | (1.125.311) | (255.281) | 2.109.373 |

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitados à data do contrato de concessão, até março de 2049, conforme ICPC 01(R1) - Contratos de concessão.

10.1 Movimentação do ativo intangível

| | 2024 | Adições | Baixas | Transferências | |
|--------------------------------------|------------------|------------------|-----------------|--------------------|------------------|
| | | | | ativos de contrato | 2025 |
| Em serviço | 3.489.965 | | (36.639) | 460.717 | 3.914.043 |
| (-) Amortização | (1.125.311) | (171.781) | 23.508 | - | (1.273.584) |
| Total em serviço | 2.364.654 | (171.781) | (13.131) | 460.717 | 2.640.459 |
| Obrigações especiais em serviço | (490.177) | - | - | (49) | (490.226) |
| (-) Amortização | 234.896 | 19.166 | - | - | 254.062 |
| Total em obrigações especiais | (255.281) | 19.166 | - | (49) | (236.164) |
| Total | 2.109.373 | (152.615) | (13.131) | 460.668 | 2.404.295 |

| | 2023 | Adições | Baixas | Transferências | | | 2024 |
|--------------------------------------|------------------|------------------|----------------|--------------------|------------------|------------|------------------|
| | | | | ativos de contrato | Reclassificações | Outros | |
| Em serviço | 3.194.349 | - | (38.618) | 317.772 | 16.233 | 229 | 3.489.965 |
| (-) Amortização | (1.003.225) | (151.324) | 29.259 | - | - | (21) | (1.125.311) |
| Total em serviço | 2.191.124 | (151.324) | (9.359) | 317.772 | 16.233 | 208 | 2.364.654 |
| Obrigações especiais em serviço | (478.820) | - | 219 | (11.576) | - | - | (490.177) |
| (-) Amortização | 213.756 | 21.140 | - | - | - | - | 234.896 |
| Total em obrigações especiais | (265.064) | 21.140 | 219 | (11.576) | - | - | (255.281) |
| Total | 1.926.060 | (130.184) | (9.140) | 306.196 | 16.233 | 208 | 2.109.373 |

A Companhia avaliou e não há nenhum indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

11 Ativo de contrato

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

| | 2024 | Adições (a) | Transferências | | 2025 |
|----------------------|----------------|----------------|------------------|------------------|----------------|
| | | | Ativo intangível | Ativo financeiro | |
| Ativos de contrato | 326.727 | 659.636 | (460.717) | (64.867) | 460.779 |
| Obrigações especiais | (5.023) | (147) | 49 | - | (5.121) |
| Total | 321.704 | 659.489 | (460.668) | (64.867) | 455.658 |

| | 2023 | Adições | Transferências | | 2024 |
|----------------------|----------------|----------------|------------------|------------------|----------------|
| | | | Ativo intangível | Ativo financeiro | |
| Ativos de contrato | 164.902 | 508.374 | (317.772) | (28.777) | 326.727 |
| Obrigações especiais | (4.968) | (11.631) | 11.576 | - | (5.023) |
| Total | 159.934 | 496.743 | (306.196) | (28.777) | 321.704 |

- (a) O montante de R\$ 659.489 (R\$ 496.743 em 31 de dezembro de 2024) refere-se às adições líquidas de ativos de contrato reconhecidas no exercício, onde R\$ 567.761 impactou o caixa da Companhia, R\$ 9.964 refere-se a provisão para perda de estoques líquidas, conforme nota explicativa nº 23 – Outras despesas operacionais, líquidas, e R\$ 28.366 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 68.856 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas, R\$ 4.470 trata-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20(R1) - Custos de empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 13.2 – Empréstimos e financiamentos.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois esses ativos serão remunerados a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL.

12 Fornecedores

| | 2025 | 2024 |
|---|----------------|----------------|
| Suprimento de energia elétrica | 140.769 | 133.080 |
| Encargos de uso da rede elétrica | 42.212 | 40.281 |
| Materiais e serviços (a) | 102.114 | 118.678 |
| Partes relacionadas – nota explicativa nº 8 | 6.328 | 5.876 |
| Total fornecedores | 291.423 | 297.915 |

(a) A composição deve-se substancialmente às despesas de material e serviço, referentes ao custeio operacional e investimento na área de concessão da Companhia.

O saldo de fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 58 dias (76 dias em 31 de dezembro de 2024).

12.1 Fornecedores – Risco sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza ao FIDC as faturas performadas e este, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a Companhia não é parte. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de fornecedores – risco sacado é de R\$ 20.121 (R\$ 9.556 em 31 de dezembro de 2024). Esses valores foram integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o fornecedor recebe imediatamente o valor da fatura, não havendo, portanto, obrigações a pagar mantidas pelo operador do FIDC.

Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R\$ 98.544 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 90.195 em 31 de dezembro de 2024)

O prazo médio de pagamentos destes títulos é de 44 dias (52 dias em 31 de dezembro de 2024).

13 Empréstimos e financiamentos

13.1 Composição do saldo

| | Custo da dívida (% a.a.) | 2025 | | |
|---|------------------------------|----------------------|------------------|------------------|
| | | Principal e encargos | | |
| | | Circulante | Não circulante | Total |
| Moeda estrangeira | | | | |
| CDI | de 0,80% a.a. até 1,62% a.a. | 338.878 | 1.581.926 | 1.920.804 |
| (-) Custo de transação | | (1.080) | (11.549) | (12.629) |
| Subtotal | | 337.798 | 1.570.377 | 1.908.175 |
| Moeda nacional | | | | |
| CDI | de 0,18% a.a. até 1,62% a.a. | 60.358 | 146.272 | 206.630 |
| IPCA | de 3,93% a.a. até 4,43% a.a. | 54.151 | 705024 | 759.175 |
| Subtotal | | 114.509 | 851.296 | 965.805 |
| (-) Custo de transação | | (4) | (308) | (312) |
| Total moeda nacional | | 114.505 | 850.988 | 965.493 |
| Total empréstimos e financiamentos | | 452.303 | 2.421.365 | 2.873.668 |

| | Custo da dívida (% a.a.) | 2024 | | |
|---|------------------------------|----------------------|------------------|------------------|
| | | Principal e encargos | | |
| | | Circulante | Não circulante | Total |
| Moeda estrangeira | | | | |
| CDI | de 1,15% a.a. até 1,62% a.a. | 577.290 | 989.462 | 1.566.752 |
| Total moeda estrangeira US\$ | | 577.290 | 989.462 | 1.566.752 |
| Moeda nacional | | | | |
| CDI | 1,62% a.a. | 132 | 50.000 | 50.132 |
| IPCA | de 3,93% a.a. até 4,43% a.a. | 51.726 | 725.111 | 776.837 |
| Subtotal | | 51.858 | 775.111 | 826.969 |
| (-) Custo de transação | | (4) | (63) | (67) |
| Total moeda nacional | | 51.854 | 775.048 | 826.902 |
| Total empréstimos e financiamentos | | 629.144 | 1.764.510 | 2.393.654 |

- (a) Considera-se no custo da dívida do Santander, *Bank of America*, *Citibank*, *Scotiabank* e *IFC*, o custo da ponta passiva do *swap*. Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 26.4 – Instrumentos financeiros derivativos; e
- (b) O custo da dívida do BNDES para os desembolsos em CDI+, considera a taxa efetiva da ponta passiva do *swap*. Para mais detalhes, consulte a nota explicativa nº 26.4 – Instrumentos Financeiros Derivativos.

13.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme demonstrada:

| | Moeda nacional | | Moeda estrangeira (US\$) | | Total |
|--|--------------------|------------------------|--------------------------|------------------------|-----------|
| | Passivo Circulante | Passivo não circulante | Passivo circulante | Passivo não circulante | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 49.914 | 789.905 | 9.689 | 690.922 | 1.540.430 |
| Ingressos | - | - | - | 622.900 | 622.900 |
| Encargos(a) | 38.948 | - | 60.852 | - | 99.800 |
| Variação monetária e cambial | 11.404 | 25.407 | 80.439 | 155.791 | 273.041 |
| Transferências | 40.264 | (40.264) | 480.151 | (480.151) | - |
| Amortizações de principal | (49.813) | - | - | - | (49.813) |
| Pagamentos de juros | (38.867) | - | (53.841) | - | (92.708) |
| Custo de transação (b) | 4 | - | - | - | 4 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 51.854 | 775.048 | 577.290 | 989.462 | 2.393.654 |
| Ingressos | - | 154.000 | - | 1.033.605 | 1.187.605 |
| Encargos(a) | 45.867 | - | 92.557 | - | 138.424 |
| Variação monetária, cambial e marcação a valor justo | 2.567 | 36.758 | (59.888) | (120.052) | (140.615) |
| Transferências | 114.568 | (114.568) | 319.647 | (319.647) | - |
| Amortizações de principal | (56.052) | - | (503.187) | - | (559.239) |
| Pagamentos de juros | (44.304) | - | (88.981) | - | (133.285) |
| Custo de transação (b) | 5 | (250) | 360 | (12.991) | (12.876) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 114.505 | 850.988 | 337.798 | 1.570.377 | 2.873.668 |

(a) O montante de R\$ 138.424 refere-se a encargos reconhecido no exercício, onde R\$ 133.954 impactou o resultado financeiro da Companhia e R\$ 4.470 referente à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos. Ver informações na nota explicativa nº 11 – Ativos de contrato; e

(b) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

13.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2025, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

| Vencimento | 2025 | |
|---|-----------|------|
| | Valor | % |
| Circulante | 452.303 | 16% |
| 2027 | 739.531 | 26% |
| 2028 | 363.054 | 13% |
| 2029 | 222.275 | 8% |
| 2030 | 240.617 | 8% |
| Após 2030 | 867.746 | 30% |
| Subtotal | 2.433.223 | 85% |
| (-) Custo de transação (não circulante) | (11.858) | 0% |
| Não circulante | 2.421.365 | 84% |
| Total | 2.873.668 | 100% |

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



13.4 Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias, recebíveis, *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

| <i>Covenants</i> Empréstimos | Santander | NCE Santander | Bank of America | Scotiabank |
|----------------------------------|-----------|---------------|-----------------|------------|
| 1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5 | 2,8 | 2,8 | 2,8 | 2,8 |

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

Adicionalmente aos indicadores mencionados acima, a Companhia possui *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cuja apuração é anual, sujeito a relatório de asseguração limitada, que deve ser entregue até 31 de maio do ano subsequente, portanto, após a divulgação das demonstrações contábeis da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

14 Debêntures

14.1 Composição do saldo

| Custo da dívida (% a.a.) | 2025 | | | |
|------------------------------------|---------------------------|--|----------|----------|
| | Circulante | Principal e encargos Não circulante | Total | |
| Moeda nacional | | | | |
| CDI | 0,18% a.a. até 1,62% a.a. | 7.157 | 337.348 | 344.505 |
| Subtotal | | 7.157 | 337.348 | 344.505 |
| (-) Custo de transação | | (1.278) | (10.488) | (11.766) |
| Total empréstimos e financiamentos | | 5.879 | 326.860 | 332.739 |

| Custo da dívida (% a.a.) | 2024 | | | |
|------------------------------------|------------------------------|--|---------|---------|
| | Circulante | Principal e encargos Não circulante | Total | |
| Moeda nacional | | | | |
| CDI | de 0,74% a.a. até 1,64% a.a. | 6.540 | 310.808 | 317.348 |
| Subtotal | | 6.540 | 310.808 | 317.348 |
| (-) Custo de transação | | (323) | (3.263) | (3.586) |
| Total empréstimos e financiamentos | | 6.217 | 307.545 | 313.762 |

14.2 Movimentação das debêntures

| | Passivo circulante | Passivo não circulante | Total |
|--|--------------------|------------------------|-----------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 6.383 | 302.419 | 308.802 |
| Encargos | 31.533 | - | 31.533 |
| Transferências | (323) | 323 | - |
| Pagamento de juros | (31.699) | - | (31.699) |
| Variação monetária, cambial e marcação a valor justo | - | 5.214 | 5.214 |
| Custo de transação (a) | 323 | (411) | (88) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 6.217 | 307.545 | 313.762 |
| Ingressos | - | 250.000 | 250.000 |
| Encargos | 36.269 | - | 36.269 |
| Transferências | 198.522 | (198.522) | - |
| Amortizações de principal | (200.000) | - | (200.000) |
| Pagamento de juros | (35.652) | - | (35.652) |
| Variação monetária, cambial e marcação a valor justo | - | (23.460) | (23.460) |
| Custo de transação (a) | 523 | (8.703) | (8.180) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 5.879 | 326.860 | 332.739 |

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

14.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

| Vencimento | 2025 | |
|--------------------|----------|------|
| | Valor | % |
| Circulante | 5.879 | 2% |
| 2030 | 9.470 | 3% |
| Após 2030 | 327.878 | 98% |
| Subtotal | 337.348 | 101% |
| Custo de transação | (10.488) | -3% |
| Não circulante | 326.860 | 98% |
| Total debêntures | 332.739 | 100% |

14.4 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia possuem *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

| Covenants debêntures | 1º debêntures | 2º debêntures |
|----------------------------------|---------------|---------------|
| 1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5 | 2,8 | 2,8 |

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos contratos. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas.

Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

15 Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos

15.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda é calculado com alíquota de 25%, considerando o adicional de 10%, e a contribuição social pela alíquota de 9%, sendo oriundos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu os estudos de recuperabilidade dos seus créditos fiscais com base em projeções provenientes do seu planejamento estratégico e considera que serão realizados à medida em que as provisões forem realizadas e na realização de eventos futuros, ao longo do período da concessão.

Dessa forma, os tributos diferidos estão dispostos, conforme apresentação abaixo:

| | 2025 | 2024 |
|--|-----------------|-----------------|
| Créditos ativos de: | | |
| Prejuízo fiscal | 217.677 | 233.751 |
| Base Negativa | 61.735 | 99.071 |
| Subtotal | 279.412 | 332.822 |
| Diferenças temporárias | | |
| Provisão riscos judiciais | 57.506 | 60.961 |
| PECLD | 15.516 | 15.390 |
| Instrumentos financeiros - CPC 48 | 12.486 | |
| Custo de Construção – CPC 47 | 272 | 193 |
| Arrendamentos - CPC 06 (R2)/IFRS 16 | 61 | 33 |
| Provisão para participação nos lucros | 3.050 | 1.946 |
| Ajuste a valor presente | 14.195 | 15.712 |
| Provisão atuarial | 73.756 | 76.191 |
| AIC Ressarcível | 29.045 | 29.045 |
| Provisão para perda de estoque | 320 | - |
| Variação <i>SWAP</i> | 37.640 | - |
| Outras diferenças temporárias | 16.398 | 16.647 |
| Subtotal | 260.245 | 216.118 |
| Passivos de: | | |
| Diferenças temporárias | | |
| Reversão de provisão para pagamento baseado em ações | (289) | |
| Provisão para perda de estoque | - | (3.068) |
| Atualização do ativo financeiro VNR | (17.042) | (13.567) |
| Variação Cambial | (51.218) | - |
| Variação <i>SWAP</i> | - | (57.901) |
| Subtotal | (68.549) | (74.536) |
| Total tributo diferido passivo registrado | 471.108 | 474.404 |

15.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

| | 2025 | | | | | | |
|--|----------------|-------------------------------------|---------------------------|----------|------------------|--------------------------|-------------------------------|
| | 2024 | Reconheci- mento no resultado | Resultados abrangentes | Baixas | Valor Líquido | Ativo fiscal diferido | Passivo fiscal diferido |
| IRPJ prejuízos fiscais | 233.751 | (39.695) | - | 23.621 | 217.677 | 217.677 | - |
| Base Negativa de CSLL | 99.071 | (13.715) | - | (23.621) | 61.735 | 61.735 | - |
| Provisão para riscos judiciais | 60.961 | (3.455) | - | - | 57.506 | 57.506 | - |
| Perdas / Reversão estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) | 15.390 | 126 | - | - | 15.516 | 15.516 | - |
| Instrumentos financeiros - CPC 48 | - | 12.486 | - | - | 12.486 | 12.486 | - |
| Provisão para participação nos lucros | 1.946 | 1.104 | - | - | 3.050 | 3.050 | - |
| Provisão para pagamento baseado em ações | - | (289) | - | - | (289) | - | (289) |
| Receita/Custo de Construção-CPC 47 | 193 | 79 | - | - | 272 | 272 | - |
| Arrendamentos - CPC 06 (R2) | 33 | 28 | - | - | 61 | 61 | - |
| SWAP (Marcação a mercado) | (57.901) | 99.114 | (3.573) | - | 37.640 | 37.640 | - |
| Marcação a Mercado - Valor Justo | - | (9.556) | - | - | (9.556) | - | (9.556) |
| Variação Cambial | - | (41.662) | - | - | (41.662) | - | (41.662) |
| Provisão para perda de estoque | (3.068) | 3.388 | - | - | 320 | 320 | - |
| Provisão laudo atuarial | 76.191 | 1.668 | (4.103) | - | 73.756 | 73.756 | - |
| Outras despesas não dedutíveis * | 16.647 | (249) | - | - | 16.398 | 16.398 | - |
| Atualização do ativo financeiro VNR | (13.567) | (3.475) | - | - | (17.042) | - | (17.042) |
| Ajuste a valor presente AVP | 15.712 | (1.517) | - | - | 14.195 | 14.195 | - |
| AIC Ressarcíveis | 29.045 | - | - | - | 29.045 | 29.045 | - |
| Total | 474.404 | 4.380 | (7.676) | - | 471.108 | 539.657 | (68.549) |

| | 2024 | | | | | | |
|--|----------------|-------------------------------------|---------------------------|----------------|------------------|--------------------------|-------------------------------|
| | 2023 | Reconheci- mento no resultado | Resultados abrangentes | Baixas | Valor líquido | Ativo fiscal diferido | Passivo fiscal diferido |
| IRPJ prejuízo fiscal | 229.983 | 6.505 | - | (2.737) | 233.751 | 233.751 | - |
| Base Negativa de CSLL | 78.079 | 21.977 | - | (985) | 99.071 | 99.071 | - |
| Provisão para riscos judiciais | 55.287 | 5.674 | - | - | 60.961 | 60.961 | - |
| PECLD | 9.942 | 5.448 | - | - | 15.390 | 15.390 | - |
| Provisão para participação nos lucros | 2.059 | (113) | - | - | 1.946 | 1.946 | - |
| Custo de Construção - CPC 47 | 192 | 1 | - | - | 193 | 193 | - |
| Arrendamentos - CPC 06 (R2) | 26 | 7 | - | - | 33 | 33 | - |
| Variação Swap | 11.221 | (82.115) | 12.993 | - | (57.901) | - | (57.901) |
| Provisão para perda de estoque | (3.252) | 184 | - | - | (3.068) | - | (3.068) |
| Provisão atuarial | 72.465 | 618 | 3.108 | - | 76.191 | 76.191 | - |
| Outras diferenças temporárias | 22.972 | (6.325) | - | - | 16.647 | 16.647 | - |
| Atualização do ativo financeiro VNR | (12.373) | (1.194) | - | - | (13.567) | - | (13.567) |
| Ajuste a valor presente - AVP | 17.999 | (2.287) | - | - | 15.712 | 15.712 | - |
| Ativo imobilizado em curso ressarcível (AIC) | 29.045 | - | - | - | 29.045 | 29.045 | - |
| Total | 513.645 | (51.620) | 16.101 | (3.722) | 474.404 | 548.940 | (74.536) |

15.3 Expectativa de recuperação – Ativo fiscal diferido

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2034, conforme demonstrado abaixo:

| Expectativa de realização | 2026 | 2027 | 2028 | Após 2028 | Total |
|--|--------|--------|--------|-----------|---------|
| Impostos de renda e contribuição social diferidos a realizar | 34.418 | 36.754 | 38.071 | 430.414 | 539.657 |

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 539.657 a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa e ajustes temporários, que correspondem a R\$ 224.300, R\$ 64.010 e R\$ 272.356, respectivamente.

15.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada a seguir:

| | 2025 | | 2024 | |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL | 354.167 | 354.167 | 367.143 | 367.143 |
| Alíquota fiscal | 25% | 9% | 25% | 9% |
| Pela alíquota fiscal | (88.542) | (31.875) | (91.786) | (33.043) |
| Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro | | | | |
| Outras adições (reversões) permanentes | (1.610) | 396 | 1.405 | 559 |
| Incentivo PAT | 2.997 | - | 760 | - |
| Incentivo prorrogação licença maternidade | 34 | - | 102 | - |
| IRPJ Subvenção Governamental | 47.261 | - | 59.752 | - |
| Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores) | - | - | 8.048 | 916 |
| Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos | (162) | 366 | - | - |
| IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado | (40.022) | (31.113) | (21.719) | (31.568) |
| Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido | 11% | 9% | 6% | 9% |
| Imposto Corrente | (42.469) | (33.044) | 6.881 | (8.548) |
| Imposto Diferido | 2.447 | 1.932 | (28.600) | (23.020) |

16 Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações da gerência jurídica, analisa as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

| | 2025 | | 2024 | |
|----------------|----------------|----------------------|----------------|----------------------|
| | Provisão | Depósitos vinculados | Provisão | Depósitos vinculados |
| Cíveis | 87.528 | 4.321 | 105.259 | 10.285 |
| Tributárias | 30.515 | 9.719 | 35.037 | 9.734 |
| Trabalhistas | 23.027 | 9.764 | 25.722 | 13.681 |
| Regulatório | 9.035 | 2.204 | 3.356 | 2.027 |
| Total | 150.105 | 26.008 | 169.374 | 35.727 |
| Circulante (a) | 6.752 | 296 | 9.420 | 336 |
| Não circulante | 143.353 | 25.712 | 159.954 | 35.391 |

(a) Os valores classificados no ativo circulante referem-se a alvarás judiciais já obtidos em favor da Companhia, cujos depósitos ou penhoras judiciais feitas anteriormente, sendo a expectativa de recebimento dentro dos próximos 12 meses.

16.1 Movimentação dos processos no exercício

| | 2024 | | | 2025 | | |
|--------------|----------------|---------------|-----------------|--------------------------|-----------------|----------------|
| | Saldo inicial | Adições | Utilização (1) | Reversão de provisão (2) | Atualização (3) | Saldo final |
| Cíveis | 105.259 | 21.730 | (25.809) | (12.314) | (1.338) | 87.528 |
| Tributárias | 35.037 | 285 | (556) | (12) | (4.239) | 30.515 |
| Trabalhistas | 25.722 | 8.427 | (14.653) | (3.053) | 6.584 | 23.027 |
| Regulatórios | 3.356 | 4.240 | - | - | 1.439 | 9.035 |
| Total | 169.374 | 34.682 | (41.018) | (15.379) | 2.446 | 150.105 |

| | 2023 | | | 2024 | | |
|--------------|----------------|---------------|-----------------|--------------------------|-----------------|----------------|
| | Saldo inicial | Adições | Utilização (1) | Reversão de provisão (2) | Atualização (3) | Saldo final |
| Cíveis | 108.820 | 13.871 | (20.436) | (4.571) | 7.575 | 105.259 |
| Tributárias | 23.352 | 9.713 | - | (17) | 1.989 | 35.037 |
| Trabalhistas | 30.436 | 4.333 | (11.065) | (931) | 2.949 | 25.722 |
| Regulatórios | 3.029 | - | - | - | 327 | 3.356 |
| Total | 165.637 | 27.917 | (31.501) | (5.519) | 12.840 | 169.374 |

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
 (2) Reversões realizadas no exercício, refere-se a à adequação de rede de distribuição, fraude questionada, horas extras, concurso público, auxílio alimentação, cobrança indevida, entre outros; e
 (3) Atualizações e/ou reversões de monetárias de atualizações mensais, (no grupo de despesas financeiras) reversões.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, a Companhia possui processos em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

| | 2025 | 2024 |
|--------------|----------------|----------------|
| Cíveis | 121.287 | 258.005 |
| Fiscais | 471.677 | 534.557 |
| Trabalhistas | 48.427 | 48.414 |
| Total | 641.391 | 840.976 |

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos:

16.1.1 Cíveis

A Companhia figura como ré em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável de no montante de R\$ 87.528 (R\$ 105.259 em 31 de dezembro de 2024), os processos mais relevantes destacam-se as:

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias que questionam falha no fornecimento, morte por descarga elétrica, e danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

- (a) Processo nº 0725502-07.2016.8.02.0001, que tem como objeto a falha no fornecimento de energia elétrica e a responsabilidade por incêndio ocorrido. O autor requer pagamentos de indenização à título de danos materiais e lucros cessantes. O processo se encontra em fase de liquidação, onde está sendo apurado o prejuízo. O montante provisionado é de R\$16.083 (31 de dezembro de 2025).
- (b) Processo nº 0719391-75.2014.8.02.0001, que tem como objeto a indenização de prejuízos sofridos em razão de falha no fornecimento de energia. O montante provisionado é de R\$9.952 (31 de dezembro de 2025).
- (c) Processo nº 0017006-06.2011.8.02.0001, que tem como discussão eventual quebra de contrato. O montante provisionado é de R\$4.295 (31 de dezembro de 2025).

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2025 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica, como possíveis, no montante de R\$ 137.730 (R\$ 258.005 em 31 de dezembro de 2024). Destacam-se as ações cíveis por falha no fornecimento e cobrança indevida e de questionamentos aos procedimentos licitatórios realizados durante o período de administração estatal, que acumulam o saldo de R\$ 99.216 (R\$ 223.592 em 31 de dezembro de 2024).

Dentre os processos avaliados como possíveis, destacamos o processo que discute eventual falha no fornecimento a sistema de captação e distribuição de água, com objetivo de recebimento de indenização por lucros cessantes. A demanda refere-se a fato ocorrido ainda sob a gestão da Eletrobrás. O montante estimado é de R\$ 50.882 (R\$ 125.602 em 31 de dezembro de 2024). O processo está em fase de instrução, aguardando perícia.

16.1.2 Tributárias

A Companhia figura como ré em processos fiscais avaliados como prováveis, no montante de R\$ 20.803 (R\$ 35.037 em 31 de dezembro de 2024). Os processos mais significativos envolvem demandas de auto de infração por suposta falha no recolhimento de ICMS e/ou ISS no fornecimento elétrico durante determinado período e processo referente a autorregularização de PIS/COFINS.

Dentre os processos classificados como prováveis, destaca-se o processo nº 1500-014748/2017 (70.63802) tem como objeto a concessão de isenção de ICMS e o seu adicional, não destacado, cujo débito fiscal encontra-se liquidado por meio de parcelamento. O montante provisionado é de R\$12.913 (em 31 de dezembro de 2025).

A Companhia realizou um depósito judicial no valor de R\$ 9.713 referente aos impostos PIS/COFINS na apuração de fevereiro de 2024. Por meio de um Mandado de Segurança foi solicitado a aplicação da regulamentação da Instrução Normativa nº 2.168 de 28 de dezembro de 2023, com o objetivo de recuperar 50% desse valor (em caixa) e compensá-lo com prejuízo fiscal. No entanto, não houve decisão até a data de vencimento do tributo.

Além dos processos provisionados cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 471.677 (R\$ 534.557 em 31 de dezembro de 2024) para as quais não foi constituída provisão.

Destacamos que o processo administrativo nº 1500-41669/2017 (70.63802-003) tem como objeto a cobrança de ICMS e do adicional de alíquotas do FECOEP incidente sobre a parcela destinada ao custeio dos descontos tarifários previstos no Decreto Federal nº 7.891/2013 (CDE). Atualmente, o feito encontra-se em fase judicial, aguardando julgamento dos embargos de declaração opostos pela companhia em face do acórdão proferido no recurso de apelação da Fazenda Estadual. Saldo possível de R\$154.839 (em 31 de dezembro de 2025).

16.1.3 Trabalhistas

O passivo trabalhista em 31 de dezembro de 2025, destacam-se as reclamações ajuizadas por ex-colaboradores próprios e terceiros em face da Companhia. São avaliados como prováveis, no montante de R\$ 23.027 (R\$ 25.722 em 31 de dezembro de 2024) com pedidos que variam entre horas extras, auxílio alimentação, contratação por concurso público, adicional de periculosidade, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), verbas rescisórias, entre outros.

Dentre os processos prováveis, destacamos:

- a) Processo nº 0010673-24.2013.5.19.0008, que tem como objeto discussão de horas extras. O processo se encontra em fase de liquidação dos cálculos. O montante provisionado é de R\$1.153 (em 31 de dezembro de 2025).
- b) Processo nº 0000975-70.2015.5.19.0057, que tem como objeto supostas diferenças de horas extras e auxílio-alimentação, reversão de justa causa e verbas rescisórias. Atualmente o processo se encontra em fase de execução, foi apresentado embargo à execução e pedido de remessa ao Centro de Conciliação.
- c) Processo nº 0000951-05.2018.5.19.0003, que tem como objeto discussão de horas extras. Sentença julgou procedente a reclamação trabalhista em face da antiga estatal. Apresentado o recurso de Revista e agravo de instrumento, atualmente processo se encontra no TST. O montante provisionado é de R\$935 (em 31 de dezembro de 2025).

Além dos processos provisionados conforme demonstrado anteriormente, existem processos trabalhistas, cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2025 é avaliada pela Administração como possível, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 48.427 (R\$ 48.414 em 31 de dezembro de 2024) para as quais não foram constituídas provisões. Destacamos o processo 0000279-69.2010.5.19.0005, que discute danos morais em decorrência de acidente ocorrido da gestão estatal. Atualmente, processo aguarda julgamento de Agravo de Instrumento em execução interposto pelo Reclamante. Saldo possível de R\$2.294 (em 31 de dezembro de 2025).

17 PIS e COFINS a serem restituídos a consumidores

Em decorrência do julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 (Tema 69 da Repercussão Geral), o Supremo Tribunal Federal definiu pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, com modulação dos efeitos da decisão a partir de 15 de março de 2017, considerando o ICMS destacado nas notas fiscais

Em atendimento a essa decisão, a Companhia reconheceu créditos tributários relativos aos valores pagos indevidamente, bem como os correspondentes passivos regulatórios, considerando que a Companhia repassa integralmente aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica.

Os saldos ativos estão sendo compensados via PERDCOMP e, a partir de 2021, os saldos passivos, amortizados via CVA, em atendimento à nota técnica nº 9/2021– FF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 7 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes, que devem ser amortizados, são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária, que ocorrem a cada ciclo, sendo que estes saldos são classificados e movimentados no passivo circulante.

Em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento de mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.324 e ratificou a constitucionalidade da Lei nº 14.385/2022. Contudo, foram impostos embargos de declaração, atualmente pendentes de apreciação, os quais discutem aspectos relevantes da operacionalização da decisão.

Nesse sentido, a Administração das Companhias monitora continuamente os desenvolvimentos jurídicos e regulatórios do tema, a fim de garantir o reconhecimento e a avaliação tempestiva de quaisquer impactos que possam alterar as estimativas contábeis atualmente registradas.

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão demonstrados abaixo:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a companhia registrou um complemento de Ativo no montante de 2.261 e passivo no montante de R\$ 2.263, e decorrente de uma revisão de crédito, com efeito no resultado o ativo no montante de 108.

| | 2025 | 2024 |
|--|---------------|----------------|
| Ativo | | |
| Circulante | 30.278 | 27.909 |
| PIS e COFINS a recuperar | 30.278 | 27.909 |
| Passivo | | |
| Não circulante | 159.065 | 156.802 |
| PIS e COFINS consumidores a restituir | 30.278 | 156.802 |

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.500.000 e o capital subscrito e integralizado é de R\$ 605.780 (R\$ 605.780 em 31 de dezembro de 2024), correspondente a um total de 2.137.013.648 (dois bilhões, cento e trinta e sete milhões, treze mil, seiscentos e quarenta e oito) ações, divididas em 2.099.703.965 (dois bilhões, noventa e nove milhões, setecentos e três mil, novecentos e sessenta e cinco) ações ordinárias e 37.309.683 (trinta e sete milhões, trezentos e nove mil, seiscentos e oitenta e três) ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

| Acionistas | 2025 | | Total | % |
|--------------------------------------|----------------------|---------------------|----------------------|-------------|
| | Ações ordinárias | Ações preferenciais | | |
| Equatorial S.A. | 1.626.122.139 | 27.212.705 | 1.653.334.844 | 77,37% |
| Equatorial Energia Distribuição S.A. | 398.943.753 | 7.088.840 | 406.032.593 | 19,00% |
| Minoritários | 74.638.073 | 3.008.138 | 77.646.211 | 3,63% |
| Total | 2.099.703.965 | 37.309.683 | 2.137.013.648 | 100% |

Em 21 de dezembro de 2023, conforme ata da Reunião do Conselho de Administração da Equatorial S.A., a Controladora aprovou a transferência de 398.943.753 (trezentos e noventa e oito milhões, novecentos e quarenta e três mil, setecentos e cinquenta e três) ações ordinárias e 7.088.840 (sete milhões, oitenta e oito mil, oitocentos e quarenta) ações preferenciais, representativas de 19% do capital social total da Companhia, de titularidade da Equatorial S.A., para a Equatorial Energia Distribuição S.A.

18.2 Reservas de lucros

| | Nota | 2025 | 2024 |
|---|------|----------------|----------------|
| Reserva legal | (a) | 52.299 | 40.510 |
| Reserva de incentivos fiscais | (b) | 247.503 | 200.242 |
| Dividendos adicionais propostos | (c) | 142 | 168.823 |
| Reserva estatutária de reforço de capital de giro | (c) | 622.947 | 467.367 |
| Reserva de lucros a realizar | (d) | 50.188 | 60.511 |
| Total | | 973.079 | 937.453 |

(a) Reserva legal

É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo a parcela referente à subvenção para investimentos, nos termos do artigo 193 da lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a reserva legal da Companhia é de R\$ 52.299 (R\$ 40.510 em 31 de dezembro de 2024).

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, reduz a base de cálculo da reserva legal.

(b) Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva é de R\$ 247.503 (R\$ 200.242 em 31 de dezembro de 2024).

(c) Reserva de lucros a realizar

Essa reserva foi constituída, em 2021, com o objetivo de não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia, decorrente da constituição do ativo fiscal diferido de prejuízo fiscal e base negativa. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva é de R\$ 50.188 (R\$ 60.511 em 31 de dezembro de 2024).

(d) Reserva de dividendos adicionais propostos

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos acionistas em assembleia. Em 31 de dezembro de 2025 sem saldo da reserva de dividendos adicionais propostos R\$ 142 (R\$ 168.823 em 31 de dezembro de 2024).

(e) Reserva estatutária de reforço de capital de giro

Esta reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do exercício após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. O valor total dessa reserva não excederá 100% (cem por cento) do capital social da Companhia. Atingido esse limite ou a qualquer tempo, a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria Executiva, ouvido o Conselho de Administração, poderá distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio à conta da reserva estatutária de reforço de capital de giro ou destinar seu saldo, total ou parcialmente, para aumento de capital, inclusive com bonificação em novas ações. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa reserva é de R\$ 623.089 (R\$ 467.367 em 31 de dezembro de 2024).

18.3 Dividendos a pagar

Conforme o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

| | 2025 | 2024 |
|---|------------------|------------------|
| Lucro líquido do exercício | 283.033 | 313.856 |
| (-) Constituição de incentivo fiscal | (47.261) | (59.752) |
| (-) Reserva legal | (11.789) | (12.705) |
| Lucro líquido ajustado | 223.983 | 241.399 |
| Dividendos mínimos obrigatórios | (55.996) | (60.349) |
| Dividendos adicionais propostos – nota explicativa 18.2 Reserva de Lucros | (142) | (168.784) |
| Constituição da reserva estatutária de reforço de capital de giro | (155.580) | - |
| Realização do AIC | (12.265) | (12.266) |
| Dividendos propostos | (223.983) | (241.399) |

a) A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

| | |
|--|-----------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 105.334 |
| Dividendos adicionais distribuídos de 2023 | 173.581 |
| Dividendos mínimos distribuídos | 60.349 |
| Pagamento de dividendos | (278.585) |
| Realização da reserva de lucros a realizar | 2.480 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 63.159 |
| Dividendos adicionais distribuídos de 2024 (a) | 168.823 |
| Dividendos mínimos distribuídos | 55.996 |
| Pagamento de dividendos | (231.679) |
| Realização da reserva de lucros a realizar | 10.323 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 66.622 |

(a) Ver detalhamento na nota explicativa nº 18.2 (d).

19 Planos de incentivos de longo prazo

A Companhia instituiu planos de incentivo de longo prazo a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo").

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável.

19.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

a) Movimentação durante o exercício

| | Número de opções 2025 | Média ponderada do preço de exercício 2025 | Número de opções 2024 | Média ponderada do preço de exercício 2024 |
|---|--------------------------|---|--------------------------|---|
| Em opções | | | | |
| Existentes em 1º de janeiro | 275.000 | - | 2.020.000 | - |
| Outorgadas durante o período/exercício | - | - | 205.000 | - |
| Encerradas durante o período | 205.000 | - | (1.950.000) | - |
| Existentes ao fim do período 3º Outorga | - | - | 180.000 | 23,63 |
| Existentes ao fim do período 4º Outorga | - | - | 25.000 | 23,00 |
| Existentes ao fim do período 7º Outorga | 70.000 | 30,11 | 70.000 | 30,45 |
| Total existentes ao fim do exercício | 70.000 | - | 275.000 | |

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 31 de dezembro de 2025 era de 4,00 anos (4,20 anos, em 31 de dezembro de 2024). Não houve novas outorgas durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado no plano para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

| Premissas | 2025 | 2024 |
|--|--|--|
| Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$) | 14,45 | 11,02 |
| Rendimento de dividendos (%) | Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas | Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas |
| Volatilidade esperada (%) | 31,77 | 30,65 |
| Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos) (%) | 10,30 | 10,52 |
| Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos) | 4,00 | 4,20 |
| Média ponderada do preço das ações (R\$) | 33,05 | 26,58 |
| Modelo utilizado | Black-Scholes | Black-Scholes |

Foi reconhecida uma despesa no resultado da Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de R\$ 310 (despesa de R\$ 579 em 31 de dezembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

19.2 Plano de outorga de "Phantom Shares"

A Companhia possui três contratos ativos de "Phantom shares" referente aos anos de 2019, 2023 e 2025.

O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2025, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração das métricas de performance definidas, a Companhia fez jus aos referidos programas. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para a Equatorial, caso as métricas de performance forem atingidas, considerando todos os programas ativos:

| | Número de opções | Valor justo médio ponderado | Número de opções | Valor justo médio ponderado |
|---------------------------------------|------------------|-----------------------------|------------------|-----------------------------|
| | 2025 | 2025 | 2024 | 2024 |
| Em ações | | | | |
| Existentes em 1° de janeiro | 251.585 | 31,60 | 349.030 | 33,32 |
| Outorgadas durante o exercício | 261.384 | - | - | - |
| Cancelamento /transferência (a) | (7.500) | - | - | - |
| Pagamentos | (105.000) | - | (97.445) | - |
| Existentes ao fim do exercício | 400.469 | 38,41 | 251.585 | 31,60 |

(a) Os cancelamentos se referem a ações de colaboradores desligados que perderam o direito de aquisição, e as transferências trata-se de ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico.

O plano de 2019 está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto, ao qual suas metas de performance estão vinculadas. As quantidades de ações para esse plano podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%.

Para os planos de 2023 e 2025, a Companhia realizou a estimativa de valor justo dos referidos planos por meio da técnica de avaliação *Monte Carlo* para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo.

Ressalta-se que estes planos são classificados como instrumentos financeiros passivos liquidáveis em caixa. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida uma despesa provisão de R\$ 8.128 para a Companhia, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (reversão de R\$ 2.832 em 31 de dezembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o vesting period que é avaliado a cada data-base.

19.3 Plano de outorga de "Matching Shares"

As Ações *Matching Shares* serão entregues aos participantes em quatro tranches iguais, sendo 25% em cada data de aniversário da outorga e serão entregues aos Participantes, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de cada uma das datas do exercício de carência.

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

| | Número de ações | Valor justo médio ponderado | Número de ações | Valor justo médio ponderado |
|---|-----------------|-----------------------------|-----------------|-----------------------------|
| | 2025 | 2025 | 2024 | 2024 |
| Em ações | | | | |
| Existentes em 1° de janeiro | 11.412 | 31,12 | - | - |
| Outorgadas durante o período/exercício | 85.424 | 32,22 | 11.412 | - |
| Existentes ao fim do período/exercício 1ª Outorga | 11.412 | 31,12 | 11.412 | 31,12 |
| Existentes ao fim do período/exercício 2ª Outorga | 85.424 | 32,22 | | |
| Existentes ao fim do período/exercício | 96.836 | 32,09 | 11.412 | - |

A despesa reconhecida na Companhia em contrapartida ao patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 705 (R\$ 117 em 31 de dezembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

20 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

| | 2025 | 2024 |
|--|--------------------|--------------------|
| Receita de distribuição (a) | 3.226.669 | 3.406.673 |
| Remuneração financeira WACC | 12.995 | 11.309 |
| Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (b) | 57.083 | (131.559) |
| Subvenção CDE – Outros (c) | 221.677 | 187.600 |
| Fornecimento de energia elétrica | 3.518.424 | 3.474.023 |
| Suprimento de energia elétrica (d) | 122.256 | 70.690 |
| Receita pela disponibilidade - uso da rede | 290.024 | 263.305 |
| Receita de construção (e) | 659.636 | 508.374 |
| Atualização dos ativos financeiro e contrato | 10.221 | 3.512 |
| Outras receitas | 97.497 | 89.487 |
| Subtotal | 1.179.634 | 935.368 |
| Receita operacional bruta | 4.698.058 | 4.409.391 |
| Deduções da receita | | |
| ICMS sobre venda de energia elétrica | (651.393) | (653.986) |
| PIS e COFINS | (291.839) | (284.526) |
| Encargos do consumidor | (31.945) | (28.737) |
| ISS | (1.035) | (1.006) |
| Conta de Desenvolvimento Energético – CDE | (242.753) | (311.011) |
| Penalidades DIF/FIC e outras | (17.131) | (20.389) |
| Deduções da receita operacional | (1.236.091) | (1.299.655) |
| Receita operacional líquida | 3.461.962 | 3.109.736 |

- (a) A variação se deve, principalmente, pelo aumento no número de consumidores e, conseqüentemente, aumento da distribuição de energia faturada em 2025. Por outro lado, a redução no faturamento reflete o comportamento do mercado, impactado pelo crescimento da geração distribuída;
- (b) A variação de R\$ 188.641 dos ativos e passivos regulatórios deve-se principalmente por: (i) variação positiva entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$ 151.797; (ii) em relação a constituição houve alteração de posição entre anos, de passiva passou a ser ativa, principalmente em função do comportamento dos custos com energia e encargos setoriais frente às cobertura tarifárias homologadas pela ANEEL, gerando uma variação positiva de R\$ 72.215 quando comparado com o exercício anterior; (iii) efeito negativo de R\$ 37.046 em CVA da Bandeira Faturada devido as bandeira tarifárias ocorridas em 2025, diferente do ocorrido no exercício anterior; e (iv) a variação positiva entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e excedente reativo no montante de R\$ 1.675;
- (c) A variação na linha de subvenção deve-se ao impacto de quatro processos tarifários ocorridos entre 2024 e 2025. O montante registrado refere-se ao desconto tarifário subsidiado via CDE, cujo crescimento é explicado pela elevada aplicação de projetos de Geração Distribuída (GD II e III). Tal evolução demonstra a robustez da receita de subvenção frente ao aumento do faturamento de energia injetada na rede;
- (d) A receita de suprimento de energia elétrica foi maior em comparação ao exercício anterior devido à venda em MWh ter sido superior do que o mesmo exercício de 2024. Findo o exercício de 2025, foram vendidos 291.500 MWh enquanto no exercício anterior foram 277.623 MWh; e
- (e) O comparativo entre os períodos de 2024 e 2025 evidenciou um aumento de aproximadamente 30%, referente ao aumento do custo de construção, ocorrido em função de crescentes investimentos realizados em obras (compra de materiais, serviços, mão de obra e outros custos), conforme demanda registrada no período encerrado em 31 de dezembro de 2025.

21 Custo do serviço e despesas operacionais

| | 2025 | | | | |
|--|--------------------------------------|---------------------|--------------------------|-----------------|--------------------|
| | Custo do serviço de energia elétrica | Despesas com vendas | Despesas administrativas | PECLD | Total |
| Pessoal | (46.026) | (11.776) | (67.200) | - | (125.002) |
| Material | (12.350) | (5.542) | (337) | - | (18.229) |
| Serviços de terceiros | (40.934) | (104.362) | (33.102) | - | (178.398) |
| Energia elétrica comprada para revenda (a) | (1.572.527) | - | - | - | (1.572.527) |
| Custo de construção | (659.636) | - | - | - | (659.636) |
| PECLD – nota explicativa nº 6.2 | - | - | - | (46.882) | (46.882) |
| Provisão para riscos judiciais e depósitos judiciais | - | - | (19.303) | - | (19.303) |
| Amortização | (124.313) | - | (29.371) | - | (153.684) |
| Arrendamentos e alugueis | (1.397) | (1.305) | 268 | - | (2.434) |
| Outros | 673 | (322) | (742) | (216) | (607) |
| Total | (2.456.510) | (123.307) | (149.787) | (47.098) | (2.776.702) |

| | 2024 | | | | |
|--|--------------------------------------|---------------------|--------------------------|--------------|--------------------|
| | Custo do serviço de energia elétrica | Despesas com vendas | Despesas administrativas | PECLD | Total |
| Pessoal | (34.135) | (14.810) | (40.574) | - | (89.519) |
| Material | (2.004) | (19.414) | (1.607) | - | (23.025) |
| Serviços de terceiros | (61.187) | (106.215) | (47.242) | - | (214.644) |
| Energia elétrica comprada para revenda (a) | (1.502.019) | - | - | - | (1.502.019) |
| Custo de construção | (508.374) | - | - | - | (508.374) |
| PECLD – nota explicativa nº 6.2 | - | - | - | (623) | (623) |
| Provisão para riscos judiciais e depósitos judiciais | - | - | (12.685) | - | (12.685) |
| Amortização | (115.327) | - | (15.534) | - | (130.861) |
| Outros | 511 | (1.751) | (104) | 72 | (1.272) |
| Total | (2.222.535) | (142.190) | (117.746) | (551) | (2.483.022) |

(a) Para maior detalhamento, vide a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 22 – Energia elétrica comprada para revenda.

22 Energia elétrica comprada para revenda

| | 2025 | | 2024 | |
|---|--------------|--------------------|--------------|--------------------|
| | GWh (*) | R\$ | GWh (*) | R\$ |
| Energia de leilão (a) | 3.415 | (925.806) | 3.640 | (826.958) |
| Contratos Eletronuclear | 134 | (42.379) | 135 | (44.899) |
| Contratos cotas de garantias | 555 | (162.746) | 660 | (157.865) |
| Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (b) | - | (73.426) | - | (94.928) |
| Energia de curto prazo – CCEE (c) | - | (111.608) | - | (69.275) |
| Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA | 68 | (47.989) | 72 | (38.920) |
| (-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo | - | 144.585 | - | 134.025 |
| Geração distribuída (d) | - | (5.895) | - | (63.717) |
| Subtotal | 4.172 | (1.225.264) | 4.507 | (1.162.537) |
| Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição | - | (347.263) | - | (339.482) |
| Total | 4.172 | (1.572.527) | 4.507 | (1.502.019) |

(b) A variação refere-se aos custos com contratos, Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado (CCEAR), Mecanismo de Compensação de Sobras e Débitos (MCSD) decorrentes de preços de pagamentos maiores aos observados em 2024 em 19,3 % passando para R\$ 271,10/MWh;

(c) A redução nas despesas associada ao ESS no exercício de 2025 deve-se a queda no acionamento das térmicas fora da ordem de mérito pela situação hidrológica favorável, ocasionando redução dos pagamentos associado a este encargo;

(d) A energia de curto prazo apresentou uma variação de R\$ 42.333 no exercício de 2025, em virtude do aumento da despesa do efeito da contratação por Disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao exercício de 2024; e

(e) Os valores referem-se à contabilização dos custos de geração distribuída, cujo valor é determinado pela energia excedente (kWh) gerada por consumidores de GD, valorizada pelo PMIX (Preço Médio de Compra de Energia). Esse impacto é reconhecido em contrapartida em outras contas a pagar.

23 Outras despesas operacionais, líquidas

| | 2025 | 2024 |
|--|-----------------|------------------|
| Outras receitas operacionais | | |
| Ganhos na alienação e desativação de bens e direitos | 1.146 | 14.116 |
| Reversão de provisão para perda de estoque | 5.645 | 6.943 |
| Outras receitas operacionais | 207 | 340 |
| Total de outras receitas operacionais | 6.998 | 21.399 |
| Outras despesas operacionais | | |
| Perdas pela desativação de bens e direitos | (40.156) | (27.750) |
| Indenização por danos a terceiros | (39) | (1.578) |
| Provisão para perda de estoque (a) | (15.609) | (7.483) |
| Baixa de recebíveis incobráveis (b) | (6.247) | (50.420) |
| Outras despesas operacionais | (18.451) | (22.339) |
| Total de outras despesas operacionais, líquidas | (80.502) | (109.570) |
| Total | (73.504) | (88.171) |

(a) A distribuidora avalia periodicamente seus estoques e obras no intuito de identificar se existem materiais de baixa rotatividade, constituindo uma provisão para perda como uma forma de demonstrar o real potencial dos estoques na geração de caixa. O montante constituído em 2025 trata-se em sua maioria de itens obsoletos, morosos e/ou danificados. Para os materiais que não havia expectativa de benefício econômico, a distribuidora realizou a capitalização da obra contemplando a reversão dos itens; e

(b) No exercício de 2024 foram realizadas baixas de títulos vencidos, do contas a receber, acima de 5 anos.

24 Resultado financeiro

| | 2025 | 2024 |
|--|------------------|------------------|
| Receitas financeiras | | |
| Rendimentos de aplicação financeiras (a) | 114.335 | 41.810 |
| Valores a receber/devolver parcela A | 19.588 | 14.752 |
| Receita Financeira de AVP | 6.264 | 8.239 |
| Variação monetária e cambial da dívida (b) | 223.497 | 829 |
| Operações com instrumentos financeiros derivativos (c) | 54.610 | 246.348 |
| Acréscimo moratório de energia vendida | 45.682 | 39.842 |
| PIS/COFINS sobre receita financeira | (8.711) | (4.996) |
| Outras receitas financeiras | 8.518 | 11.047 |
| Total de receitas financeiras | 463.783 | 357.871 |
| Despesas financeiras | | |
| Valores a receber/devolver parcela A | (31.738) | (13.915) |
| Operações com instrumentos financeiros derivativos (c) | (409.125) | (43.987) |
| Despesa financeira de AVP | (1.802) | (1.441) |
| Encargos da dívida (d) | (171.111) | (128.639) |
| Variação monetária e cambial da dívida (b) | (59.423) | (279.084) |
| Atualização de contingências | (2.446) | (12.840) |
| Juros, multas s/ operação de energia | (121) | (26) |
| Descontos concedidos | (14.703) | (9.227) |
| Encargos de geração distribuída | - | (2.091) |
| Outras despesas financeiras | (30.903) | (38.021) |
| Total de despesas financeiras | (721.372) | (529.271) |
| Total | (257.589) | (171.400) |

(a) O aumento dos rendimentos das aplicações financeiras decorre, principalmente, da elevação do saldo médio de caixa e aplicações da Companhia em relação ao exercício anterior, bem como do aumento da taxa CDI, que passou de 10,88% no acumulado até dezembro de 2024 para 14,32% no acumulado até dezembro de 2025;

(b) No acumulado até 31 de dezembro de 2025, o principal impacto foi causado pela variação cambial, que resultou em uma receita devido à queda de 11,14% no valor do dólar. O câmbio passou de R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 5,50 em 31 de dezembro de 2025. Em contrapartida, no acumulado até 31 de dezembro de 2024, a variação cambial gerou uma despesa, decorrente da alta de 27,91% no valor do dólar. Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a valor justo das dívidas que são objeto de swaps contabilizados pelo método do *hedge* a valor justo;

(a) A variação nas operações com instrumentos derivativos decorre, principalmente, da contratação de operações de swap e da variação cambial incidente sobre essas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida despesa financeira em função da valorização do real frente ao dólar, que apresentou queda de 11,14%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, por sua vez, registrou-se receita financeira decorrente da desvalorização do real, com alta de 27,91%; e

(b) No acumulado até 31 de dezembro de 2025, o aumento na despesa, deu-se principalmente em função da elevação da taxa CDI, indexador com 77% de participação na dívida da Companhia, que passou de 10,88% no acumulado até 31 de dezembro de 2024 para 14,32% no acumulado até 31 de dezembro de 2025.

25 Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada)

25.1 Características do plano de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de Planos de Benefícios de natureza previdenciária administrados pela Equatorial Energia Fundação de Previdência (EQTPREV) e pela Fundação Família Previdência, pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, conforme descritos a seguir:

| Plano | Modalidade | Administradora | Tipo de Benefícios | Principais Benefícios |
|-----------------------------|-----------------|----------------|--------------------|---|
| Equatorial CD | CD + BD (risco) | EQTPREV | Contributivo | Aposentadorias; Pensão por morte |
| Plano CD Equatorial Alagoas | CD + BD (risco) | EQTPREV | Contributivo | Invalidez; Pecúlio por morte |
| Equatorial BD | BD | EQTPREV | Contributivo | Pensão; Abono; Aposentadorias; Auxílios |

25.2 Características dos outros benefícios

(a) Planos de saúde e odontológico

A Companhia dispõe de outros benefícios como planos de saúde e odontológico que são oferecidos aos seus empregados e ex-empregados, conforme descrito a seguir:

| Plano | Operadora | Tipo de Cobertura | Público-Alvo |
|------------------------|------------------------------|-------------------|---|
| Unimed (Qualicorp) | Qualicorp Adm. de Benefícios | Saúde | Empregados, ex-empregados e dependentes |
| Odontoprev (Qualicorp) | Qualicorp Adm. de Benefícios | Odontológico | Empregados, ex-empregados e dependentes |

25.3 Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido

A conciliação dos ativos e passivos demonstrará o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço da Companhia.

Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2025 (Passivo ou Ativo Atuarial a ser contabilizado) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado o exercício de 2025.

| 2025 | | | | |
|---|-----------|-----------|-------------------------------|-----------|
| | Planos CD | Planos BD | Plano de saúde e odontológico | Total |
| 1 Déficit (superavit) apurado | | | | |
| Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial | 188 | 111.379 | 99.806 | 211.373 |
| Valor justo dos ativos do plano | (13.542) | (136.276) | - | (149.818) |
| Déficit (superavit) apurado | (13.354) | (24.897) | 99.806 | 61.555 |
| 2 Efeito do teto do ativo e passivo adicionais | | | | |
| Efeito do teto de ativo | 1.582 | 21.661 | - | 23.243 |
| 3. Passivo/(ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 | | | | |
| Passivo/(ativo) líquido | (11.772) | (3.236) | 99.806 | 84.798 |
| | | | Ativo não circulante | 15.008 |
| | | | Passivo não circulante | (99.806) |
| | | | Total líquido | (84.798) |
| 2024 | | | | |
| | Planos CD | Planos BD | Plano de saúde e odontológico | Total |
| 1 Déficit (superavit) apurado | | | | |
| Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial | 198 | 114.011 | 96.377 | 210.586 |
| Valor justo dos ativos do plano | (11.474) | (137.387) | - | (148.861) |
| Déficit (superavit) apurado | (11.276) | (23.376) | 96.377 | 61.725 |
| 2 Efeito do teto do ativo e passivo adicionais | | | | |
| Efeito do teto de ativo | 11.178 | 19.132 | - | 30.310 |
| 3. Passivo/(ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 | | | | |
| Passivo/(ativo) líquido | (98) | (4.244) | 96.377 | 92.035 |
| | | | Ativo não circulante | 4.342 |
| | | | Passivo não circulante | (96.377) |
| | | | Total líquido | (92.035) |

25.4 Resultado da avaliação atuarial

Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

| | 2025 | | | |
|---|-----------------|--------------|-------------------------------|-----------------|
| | Plano CD | Plano BD | Plano de saúde e odontológico | Total |
| Resultado do exercício 2025 | | | | |
| Custo do serviço corrente líquido | 30 | 19 | 1.373 | 1.422 |
| Custo do serviço passado | - | - | 484 | 484 |
| Custo de juros sobre as obrigações atuariais | 20 | 13.298 | 11.629 | 24.947 |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | (1.485) | (16.189) | - | (17.674) |
| Juros sobre o efeito do teto de ativo e passivos adicionais | 1.449 | 2.367 | - | 3.816 |
| Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício | 14 | (505) | 13.486 | 12.995 |
| Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício | | | | |
| (Ganhos)/perdas nos ativos do plano | (525) | 3.453 | - | 2.928 |
| (Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais | (59) | (2.102) | (1.947) | (4.108) |
| (Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais | (11.046) | 162 | - | (10.884) |
| (Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA | (11.630) | 1.513 | (1.947) | (12.064) |

| | 2024 | | | |
|---|-------------|----------------|-------------------------------|--------------|
| | Plano CD | Plano BD | Plano de saúde e odontológico | Total |
| Resultado do exercício 2025 | | | | |
| Custo do serviço corrente líquido | 82 | 22 | 1.361 | 1.465 |
| Custo de juros sobre as obrigações atuariais | 75 | 11.607 | 9.443 | 21.125 |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | (825) | (16.868) | - | (17.693) |
| Juros sobre o efeito do teto de ativo e passivos adicionais | 743 | 3.524 | - | 4.267 |
| Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício | 75 | (1.715) | 10.804 | 9.164 |
| Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício | | | | |
| (Ganhos)/perdas nos ativos do plano | (1.826) | 47.850 | - | 46.024 |
| (Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais | (233) | (11.509) | (6.225) | (17.967) |
| (Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais | 1.971 | (20.886) | - | (18.915) |
| (Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA | (88) | 15.455 | (6.225) | 9.142 |

25.5 Ativos do plano

Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com cotação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

| | 2025 | | 2024 | |
|------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Plano CD | Plano BD | Plano CD | Plano BD |
| Títulos Públicos | 177.676 | 281.809 | 203.021 | 228.659 |
| Fundos de Investimento | 513.622 | 80.321 | 403.324 | 73.408 |
| Outros | 110.227 | 17.036 | 115.177 | 15.672 |
| (=) Ativo total | 801.525 | 379.166 | 721.522 | 317.739 |

25.6 Obrigações de benefício definido

(a) Premissas atuarias

As premissas atuarias utilizadas na data do balanço foram:

| | 2025 | | | 2024 | | |
|----------------------------|------------------------------|---|--------------------------------|------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| | Planos CD | Planos BD | Planos de Saúde e odont. | Planos CD | Planos BD | Planos de Saúde e odont. |
| Taxa de inflação | 4,05% | 4,05% | 4,05% | 4,96% | 4,96% | 4,96% |
| Taxa de desconto real | 7,70% | 7,40% | 7,24% | 7,54% | 7,06% | 7,26% |
| Taxa de desconto nominal | 12,06% | 11,75% | 11,58% | 12,88% | 12,37% | 12,58% |
| Futuros aumentos salariais | 4,05% | 4,05% | Não aplicável | 4,96% | 4,96% | Não aplicável |
| Futuros aumentos de pensão | 4,05% | 4,05% | 4,05% | 4,96% | 4,96% | 4,96% |
| Mortalidade geral | AT-2000 M/F Suavizada em 10% | AT-2000 Segregada por Sexo Desagravada em 10% | AT-2000 M/F Desagravada em 10% | AT-2000 M/F Suavizada em 10% | AT-2000 M/F Desagravada em 10% | AT-2000 M/F Desagravada em 10% |

(b) Análise de sensibilidade

Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

| Premissa 2025 | Análise de sensibilidade | Planos CD | Planos BD | Planos de Saúde e odont. | Total |
|---------------------|--------------------------|-----------|-----------|--------------------------|---------|
| Taxa de desconto | Aumento de 0,5% | (4) | (3.492) | (4.410) | (7.906) |
| | Redução de 0,5% | 4 | 3.722 | 4.835 | 8.561 |
| Expectativa de Vida | Aumento de 1 ano | (10) | 3.034 | 4.576 | 7.600 |
| | Redução de 1 ano | 11 | (3.062) | (4.464) | (7.515) |
| HCCTR | Aumento de 0,5% | - | - | 4.712 | 4.712 |
| | Redução de 0,5% | - | - | (4.328) | (4.328) |

| Premissa 2024 | Análise de sensibilidade | Planos CD | Planos BD | Planos de Saúde e odont. | Total |
|---------------------|--------------------------|-----------|-----------|--------------------------|---------|
| Taxa de desconto | Aumento de 0,5% | (18) | (3.733) | (4.230) | (7.981) |
| | Redução de 0,5% | 19 | 3.988 | 4.620 | 8.627 |
| Expectativa de Vida | Aumento de 1 ano | (24) | 3.046 | 4.498 | 7.520 |
| | Redução de 1 ano | 26 | (3.077) | (4.384) | (7.435) |
| HCCTR | Aumento de 0,5% | - | - | 4.712 | 4.712 |
| | Redução de 0,5% | - | - | (4.328) | (4.328) |

Embora a análise não considere a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito do plano, ela fornece uma aproximação da sensibilidade da premissa apresentada.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

25.7 Fluxo de caixa

| | 2025 | | | |
|--|-----------|-----------|--------------------------|--------|
| | Planos CD | Planos BD | Planos de Saúde e odont. | Total |
| 1 Fluxo de caixa no exercício | | | | |
| Contribuições do empregador | 57 | - | 8.110 | 8.167 |
| Contribuição do participante | - | - | - | - |
| Benefícios pagos utilizando os ativos do plano | - | 13.847 | 8.110 | 21.957 |
| 2 Fluxo de caixa estimado para o exercício | | | | |
| Contribuições do empregador | 66 | - | 8.669 | 8.735 |
| Benefícios pagos utilizando os ativos do plano | 139 | 13.774 | 8.669 | 22.582 |

| | 2024 | | | |
|--|-----------|-----------|--------------------------|--------|
| | Planos CD | Planos BD | Planos de Saúde e odont. | Total |
| 1 Fluxo de caixa no exercício | | | | |
| Contribuições do empregador | 22 | - | 7.254 | 7.276 |
| Contribuição do participante | - | - | - | - |
| Benefícios pagos utilizando os ativos do plano | - | 12.653 | 7.254 | 19.907 |
| 2 Fluxo de caixa estimado para o exercício | | | | |
| Contribuições do empregador | 53 | - | 8.110 | 8.163 |
| Benefícios pagos utilizando os ativos do plano | 96 | 13.423 | 8.110 | 21.629 |

26 Instrumentos financeiro

26.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) de parcela A e outros itens financeiros, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e AICs ressarcíveis, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 13.4 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e nº 14.4 - *Covenants* das debêntures.

26.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

A Companhia adota a contabilização de instrumentos financeiros derivativos conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Os swaps contratados para proteção da exposição cambial das dívidas denominadas em moeda estrangeira serão designados como instrumentos de *hedge* contábil na modalidade de *hedge* de fluxo de caixa. Já os swaps contratados para proteção da exposição das dívidas indexadas ao IPCA serão designados como instrumentos de *hedge* contábil na modalidade de *hedge* de valor justo.

26.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito no item a seguir.

26.4 Instrumentos financeiros derivativos

A política de gestão de risco da Companhia é realizar *hedge* de 100% da exposição em moeda estrangeira relacionada a empréstimos e financiamentos, por meio da contratação de swaps de fluxo de caixa, nos quais a ponta passiva é denominada em moeda nacional indexada ao CDI e a ponta ativa em moeda estrangeira acrescida do custo do contrato. Tais contratos são designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

Adicionalmente, a Companhia utiliza contratos de swap para proteção da exposição a variações de taxas de juros associadas a dívidas indexadas ao IPCA. Nesses casos, os derivativos são designados como instrumentos de *hedge* de valor justo, com o objetivo de mitigar os efeitos das oscilações desses indexadores sobre o valor das obrigações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção, não sendo realizadas operações com caráter especulativo.

26.4.1 Aspectos da relação de *hedge*

(a) Teste de efetividade do *hedge*

A efetividade das relações de *hedge* é avaliada com base na comparação entre os termos críticos do instrumento de *hedge* e do item protegido, incluindo *notional*, prazo, indexador e cronograma de fluxos de caixa. Essa avaliação visa demonstrar a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, de forma que as variações no valor justo ou nos fluxos de caixa do derivativo sejam capazes de compensar as variações correspondentes do item protegido.

A Companhia utiliza o método dos termos críticos (*critical terms match*) para avaliação prospectiva da efetividade no momento da designação da relação de *hedge*.

(b) Índice *hedge*

A Companhia adota índice de *hedge* de 1:1, considerando a correspondência entre o instrumento de *hedge* e o item protegido em relação ao montante *notional*, prazo e risco objeto da proteção.

(c) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras que atuam como contrapartes nos instrumentos derivativos. Para mitigar essa exposição, as operações são realizadas apenas com instituições financeiras com elevado nível de classificação de crédito, sendo a exposição monitorada periodicamente.

(d) Fontes de inefetividade

Potenciais fontes de inefetividade podem decorrer de descasamentos residuais entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, incluindo diferenças pontuais nos cronogramas de fluxos de caixa, alterações nos indexadores aplicáveis, bem como demais características específicas dos instrumentos.

26.4.2 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão identificados conforme a seguir:

| Ativo | Níveis | Categoria dos instrumentos financeiros | 2025 | | 2024 | |
|---|--------|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | | Contábil | Valor Justo | Contábil | Valor Justo |
| Caixa e equivalentes de caixa | - | Custo amortizado | 21.887 | 21.887 | 9.158 | 9.158 |
| Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos) | 1 | Valor justo por meio do resultado | 213.300 | 213.300 | 43.548 | 43.548 |
| Aplicações financeiras | 2 | Valor justo por meio do resultado | 778.030 | 778.030 | 686.086 | 686.086 |
| Contas a receber de clientes | - | Custo amortizado | 864.449 | 864.449 | 901.964 | 901.964 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 2 | Valor justo por meio do resultado | 3.094 | 3.094 | 170.296 | 170.296 |
| Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros | - | Custo amortizado | 16.252 | 16.252 | - | - |
| Ativo financeiro de concessão | 3 | Valor justo por meio do resultado | 296.441 | 296.441 | 222.315 | 222.315 |
| Total do ativo | | | 2.193.453 | 2.193.453 | 2.033.367 | 2.033.367 |

| Passivo | Níveis | Categoria dos instrumentos financeiros | 2025 | | 2024 | |
|--|--------|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | | Contábil | Mercado | Contábil | Mercado |
| Fornecedores | - | Custo amortizado | 291.423 | 291.423 | 297.915 | 297.915 |
| Fornecedor – risco sacado | - | Custo amortizado | 20.121 | 20.121 | 9.556 | 9.556 |
| Empréstimos e financiamentos | 2 | Custo amortizado | 155.526 | 155.526 | 2.393.654 | 2.396.665 |
| Empréstimos e financiamentos | - | Valor justo por meio do resultado | 2.718.142 | 2.741.941 | - | - |
| Debêntures | 2 | Custo amortizado | 332.739 | 332.739 | 313.762 | 310.458 |
| Debêntures | - | Valor justo por meio do resultado | 3.674 | 3.674 | 66.261 | 66.261 |
| Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros | - | Valor justo por meio do resultado | 3.674 | 3.674 | 66.261 | 66.261 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 2 | Financeiros ao valor justo | 113.801 | 113.801 | - | - |
| AICs Ressarcíveis | 3 | Outros resultados abrangentes | 40.019 | 40.019 | 13.018 | 13.018 |
| Passivo de arrendamento | - | Custo amortizado | 8.678 | 8.678 | 3.328 | 3.328 |
| Total do passivo | | | 3.684.123 | 3.707.922 | 3.097.494 | 3.097.494 |

26.4.3 Instrumentos financeiros derivativos

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que podem ser assim resumidos:

| Instituição financeira | Ingresso | Vencimento | Valor contratado (USD) | Valor contratado (BRL) | Amortização | Tipo de Hedge | Juros | Indexadores | Valor justo | | |
|------------------------|------------|------------|------------------------|------------------------|-------------|----------------|------------|---|-----------------------------|------------------|----------------|
| | | | | | | | | | 2025 | 2024 | |
| Santander | 26/10/2022 | 05/10/2026 | 52.318 | 276.500 | Bullet | Fluxo de Caixa | Trimestral | US\$ + 6,45% a.a./CDI + 1,62% a.a. | 5.891 | 40.490 | |
| Itaú | 28/10/2022 | 15/10/2034 | - | 100.000 | Anual | Valor Justo | Semestral | IPCA + 6,3618% a.a./ CDI + 0,74% a.a. | (12.145) | (1.624) | |
| Bank of America | 06/09/2023 | 05/09/2025 | 40.486 | 200.000 | Bullet | Fluxo de Caixa | Anual | USD + 6,9529%/ CDI + 1,50% | - | 47.509 | |
| Citibank | 07/11/2023 | 06/05/2025 | 50.000 | 244.750 | Bullet | Fluxo de Caixa | Semestral | US\$ + Sofr + 0,77% a.a./CDI + 1,29% a.a. | - | 62.493 | |
| Bank of America | 23/10/2024 | 23/10/2027 | 17.452 | 100.000 | Anual | Fluxo de Caixa | Bullet | USD + 5,7294% a.a./ CDI + 1,15% a.a. | (6.092) | 3.917 | |
| Scotiabank | 29/11/2024 | 29/11/2027 | 90.000 | 522.900 | Bullet | Fluxo de Caixa | Bullet | USD + 6,7670% a.a./ CDI + 1,15% a.a. | (32.631) | 17.511 | |
| Itaú | 28/03/2025 | 15/08/2043 | - | 70.000 | Mensal | Valor Justo | Mensal | IPCA + 7,71% a.a./ CDI + 0,21% a.a. | (320) | - | |
| IFC | 29/05/2025 | 15/09/2032 | 100.000 | 569.360 | Semestral | Fluxo de Caixa | Semestral | USD + Sofr + 2,10% a.a./CDI + 1,19% a.a. | (41.122) | - | |
| Scotiabank | 08/08/2025 | 08/08/2028 | 23.214 | 130.000 | Bullet | Fluxo de Caixa | Bullet | USD + 4,8680% a.a./ CDI + 1,00% a.a. | (9.975) | - | |
| BTG | 09/09/2025 | 15/08/2037 | - | 250.000 | Anual | Valor Justo | Anual | IPCA + 7,3239% a.a./ CDI - 0,19% a.a. | (7.443) | - | |
| XP | 30/10/2025 | 15/08/2043 | - | 84.000 | Mensal | Valor Justo | Mensal | IPCA + 7,71% a.a./ CDI + 0,18% a.a. | 637 | - | |
| BBVA | 30/12/2025 | 30/12/2030 | 25.590 | 167.028 | Bullet | Fluxo de Caixa | Bullet | EUR + EURIBOR + 1,50% a.a./CDI + 0,80% a.a. | (3.608) | - | |
| Bank of America | 30/12/2025 | 30/12/2030 | 30.000 | 167.217 | Bullet | Fluxo de Caixa | Bullet | USD + Sofr + 1,80% a.a./ CDI + 0,82% a.a. | (3.899) | - | |
| | | | | | | | | | (110.707) | 170.296 | |
| | | | | | | | | | Ativo circulante | 3.094 | 110.344 |
| | | | | | | | | | Ativo não circulante | - | 59.952 |
| | | | | | | | | | Passivo não circulante | (113.801) | - |
| | | | | | | | | | Efeito líquido total | (110.707) | 170.296 |

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

| Risco | Valor Nominal | Valor contábil 2025 | | | | |
|--|---------------|---------------------|-----------|---|--|---|
| | | Ativo | Passivo | Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído | Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA | Rubrica no resultado afetada pela reclassificação |
| Dividas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA | 2.437.005 | - | (110.707) | Instrumentos financeiros derivativos | 10.510 | - |

A tabela a seguir fornece uma reconciliação por categoria de risco dos componentes do patrimônio líquido e a análise dos itens de ORA resultantes da contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa:

| | Reserva de <i>Hedge</i> |
|---|-------------------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2025 | (36.156) |
| <i>Hedge</i> de fluxo de caixa | |
| Mudanças no valor justo: | |
| Risco cambial – <i>swap</i> empréstimos | 10.510 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | (25.646) |

26.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria Estatutário da Controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o exercício findo em de 31 de dezembro de 2025, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2024.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 235.187 (R\$ 52.706 em 31 de dezembro de 2024). O Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* acima AA- e AA+, baseado na agência de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

(ii) Contas a receber de clientes

As contas a receber são compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão.

A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência, e conseqüentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 1000/2021 emitida pela ANEEL.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros divulgada na nota explicativa nº 6. A Companhia não possui ou mantém ativos que tenham sido dados em garantia por terceiros.

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de perdas esperadas referentes às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 6.2 – Contas a receber de clientes e procedimentos descritos na nota explicativa nº 3.13.3 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e perdas afetivas.

Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa

| Faixa | %Taxa média ponderada da perda | | Saldo contábil | | %Taxa média ponderada da perda | | Saldo |
|-------------------|--------------------------------|--------------------|----------------|-----------------|--------------------------------|--|----------------|
| | Parcelamentos | média do Parcelado | Saldo | bruto faturados | média do Faturado | | |
| A Vencer | 348.092 | 9,57% a 24,83% | 63.653 | 224.186 | 2,52% | | 5.649 |
| Vencido 1 a 30 | 2.565 | 24,83% | 636 | 70.026 | 6,39% | | 4.475 |
| Vencido 31 a 60 | 1.129 | 40,75% | 460 | 11.782 | 15,93% | | 1.877 |
| Vencido 61 a 90 | 1.407 | 52,08% | 733 | 6.705 | 25,06% | | 1.680 |
| Vencido 91 a 180 | 4.967 | 58,92% a 64,56% | 3.077 | 13.369 | 30,2% a 36,09% | | 4.428 |
| Vencido 181 a 360 | 8.296 | 67,34% a 76,1% | 6.057 | 29.893 | 36,16% a 51,13% | | 12.975 |
| Acima de 360 | 66.824 | 77,01% a 87,79% | 55.667 | 204.529 | 53,14% a 81,18% | | 139.453 |
| Total | 433.280 | | 130.283 | 560.490 | | | 170.537 |

Aging parcelamentos saldos a vencer

| | 2025 | | | | | Total |
|-----------------------|---------------|---------------|---------------|----------------|--|----------------|
| | 2025 | 2026 | 2027 | Após 2027 | | |
| Residencial | 3.407 | 14.222 | 6.430 | 4.754 | | 28.813 |
| Industrial | 40.058 | 296 | 61 | 31 | | 40.446 |
| Comercial | 17.078 | 16.583 | 14.852 | 118.924 | | 167.437 |
| Rural | 1.019 | 758 | 314 | 247 | | 2.338 |
| Poder público | 6.637 | 18.254 | 16.900 | 30.819 | | 72.610 |
| Iluminação pública | 1.039 | 3.163 | 2.998 | 11.020 | | 18.220 |
| Serviço público | 65 | 2.918 | 2.826 | 12.419 | | 18.228 |
| Total a vencer | 69.303 | 56.194 | 44.381 | 178.214 | | 348.092 |

Aging de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias

| | 2025 | | | | | Total |
|-----------------------|---------------------|-------------------------|--------------------------|---------------------------|----------------------------|---------------|
| | Venc. 91 a 360 dias | Venc. de 361 a 720 dias | Venc. de 721 a 1080 dias | Venc. de 1081 a 1530 dias | Venc. há mais de 1531 dias | |
| Residencial | 4.336 | 6.558 | 7.280 | 12.436 | 7.216 | 37.826 |
| Industrial | 28 | 146 | 109 | 219 | 239 | 741 |
| Comercial | 6.054 | 5.696 | 5.428 | 3.416 | 2.253 | 22.847 |
| Rural | 190 | 242 | 241 | 370 | 296 | 1.339 |
| Poder público | 2.636 | 4.501 | 2.871 | 3.772 | 1.802 | 15.582 |
| Iluminação pública | 12 | 4 | - | 620 | 262 | 898 |
| Serviço público | 4 | 2 | - | 688 | 160 | 854 |
| Total vencidos | 13.260 | 17.149 | 15.929 | 21.521 | 12.228 | 80.087 |

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



PECLD não faturados

| Faixa | Saldo contábil bruto não faturados | %Taxa média ponderada da perda média do não faturado | Saldo PECLD |
|----------|------------------------------------|--|-------------|
| A Vencer | 70.776 | 2,52% | 1.784 |

PECLD Outros

| Faixa | Saldo contábil bruto outros | %Taxa média ponderada da perda média do Outros | Saldo PECLD |
|-------------------|-----------------------------|--|-------------|
| A Vencer | 35.481 | 2,52% | 894 |
| Vencido 1 a 30 | 2.489 | 6,39% | 159 |
| Vencido 31 a 60 | 1.165 | 15,93% | 186 |
| Vencido 61 a 90 | 622 | 25,06% | 156 |
| Vencido 91 a 180 | 1.821 | 30,2% a 36,09% | 605 |
| Vencido 181 a 360 | 3.398 | 36,16% a 51,13% | 1.461 |
| Acima de 360 | 21.990 | 53,14% a 81,18% | 14.639 |
| Total | 66.966 | - | 18.100 |

(iii) Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativos de contrato e ativo financeiro da concessão).

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*.

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 13 - Empréstimos e financiamentos e nº 14 - Debêntures.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses (índice de disponibilidade). O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo era de 2,2 em 31 de dezembro de 2025 (1,2 em 31 de dezembro de 2024).

(c) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração contábil. Esses valores são brutos e não descontados, incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

| Passivos financeiros não derivativos | Valor Contábil | Fluxo de caixa contratual total | 2 meses ou menos | 2-12 meses | 1-2 anos | 2-5 anos | Mais que 5 anos |
|--|------------------|---------------------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|------------------|
| Empréstimos bancários com garantia | 1.804.144 | 2.864.580 | 18.562 | 208.914 | 306.587 | 1.384.073 | 946.444 |
| Empréstimos bancários sem garantia | 1.069.524 | 1.345.087 | 21.514 | 464.605 | 714.476 | 144.492 | - |
| Subtotal - Empréstimos e Financiamentos | 2.873.668 | 4.209.667 | 40.076 | 673.519 | 1.021.063 | 1.528.565 | 946.444 |
| Títulos de dívida emitidos sem garantia | 332.739 | 771.922 | 7.984 | 23.410 | 30.890 | 162.503 | 547.135 |
| Subtotal - Debêntures | 332.739 | 771.922 | 7.984 | 23.410 | 30.890 | 162.503 | 547.135 |
| Fornecedores | 291.423 | 291.423 | 96.822 | 190.460 | 4.141 | - | - |
| Fornecedores - risco sacado | 20.121 | 20.121 | 16.093 | 4.028 | - | - | - |
| Subtotal - Fornecedores | 311.544 | 311.544 | 112.915 | 194.488 | 4.141 | - | - |
| Passivo de arrendamento | 3.674 | 3.674 | 136 | 698 | 901 | 1.939 | - |
| Subtotal - Passivo de arrendamento | 3.674 | 3.674 | 136 | 698 | 901 | 1.939 | - |
| Total | 3.521.625 | 5.296.807 | 161.111 | 892.115 | 1.056.995 | 1.693.007 | 1.493.579 |

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 13- Empréstimos e financiamentos e nº 14 - Debêntures, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro destas cláusulas contratuais restritivas pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não há qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia.

(d) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preço de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco.

Geralmente, a Companhia busca aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado.

(e) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Em 31 de dezembro de 2025 a exposição ao câmbio é de 59,5% de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira), para o exercício de 2024 a exposição ao câmbio é de 57,9%. A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia possui duas dívidas em moeda estrangeira, e ambas possuem swap para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 26.4 - Instrumentos financeiros derivativos.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

| Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à variação cambial | | | | | | | |
|---|-------|--------------------------|----------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | | | Impacto no resultado | | | | |
| Operação | Risco | Saldo em R\$ (exposição) | Cenário Provável | Cenário II 25% | Cenário III +50% | Cenário IV -25% | Cenário V -50% |
| Passivos financeiros | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | | | | | | | |
| | US\$ | (1.752.933) | (1.896.355) | (2.370.444) | (2.844.533) | (1.422.266) | (948.178) |
| | EUR | (167.872) | (184.478) | (230.597) | (276.716) | (138.359) | (92.239) |
| Total passivos financeiros | | (1.920.805) | (2.080.833) | (2.601.041) | (3.121.249) | (1.560.625) | (1.040.417) |
| | US\$ | | (143.422) | (474.089) | (948.178) | 474.089 | 948.178 |
| | EUR | | (16.606) | (46.119) | (92.239) | 46.119 | 92.239 |
| Impacto no resultado do exercício | | | (160.028) | (520.208) | (1.040.417) | 520.208 | 1.040.417 |
| Swap - Ponta Ativa (MTM) | US\$ | 1.776.414 | 1.921.757 | 2.402.196 | 2.882.636 | 1.441.318 | 960.878 |
| Swap - Ponta Passiva | EUR | 168.583 | 182.376 | 227.970 | 273.564 | 136.782 | 91.188 |
| Swap - Ponta Ativa (CURVA) | US\$ | 1.752.933 | 1.896.355 | 2.370.444 | 2.844.533 | 1.422.266 | 948.178 |
| Swap - Ponta Passiva | EUR | 167.871 | 184.477 | 230.596 | 322.835 | 276.716 | 184.477 |
| Impacto no resultado | US\$ | | 143.422 | 474.089 | 948.178 | (474.089) | (948.178) |
| Impacto no resultado | EUR | | 16.606 | 46.119 | 92.239 | (46.119) | (92.238) |
| Impacto no resultado do exercício | | | 160.028 | 520.208 | 1.040.417 | (520.208) | (1.040.417) |
| Impacto líquido no resultado do exercício | | | | | | | |
| Referência para ativos e passivos financeiros | | Taxa projetada | Taxa projetada 2025 | 25% | 50% | -25% | -50% |
| Dólar US\$ R\$ (% 12 meses) | | 5,95 | 5,5 | 7,44 | 8,93 | 4,46 | 2,98 |
| EURO EUR R\$ (% 12 meses) | | 7,11 | 6,47 | 8,89 | 10,67 | 5,33 | 3,56 |

(f) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras.

A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

| Operação | Risco | Saldo em R\$ (exposição) | Impacto no resultado | | | | |
|--|-------|-----------------------------|----------------------|--------------------|---------------------|--------------------|--------------------|
| | | | Cenário Provável | Cenário II 25% | Cenário III +50% | Cenário IV -25% | Cenário V -50% |
| Ativos Financeiros | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | CDI | 991.330 | 1.128.332 | 1.162.582 | 1.196.833 | 1.094.082 | 1.059.831 |
| Impacto no resultado do exercício | | | 137.002 | 34.250 | 68.501 | (34.250) | (68.501) |
| Passivos financeiros | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | CDI | (551.135) | (627.302) | (646.344) | (665.385) | (608.260) | (589.218) |
| | IPCA | (759.175) | (787.340) | (794.380) | (801.423) | (780.299) | (773.257) |
| Total de passivos financeiros | | | (1.414.642) | (1.440.724) | (1.466.808) | (1.388.559) | (1.362.475) |
| | CDI | | (76.167) | (19.042) | (38.083) | 19.042 | 38.083 |
| | IPCA | | (28.165) | (7.041) | (14.083) | 7.041 | 14.083 |
| Impacto no resultado do exercício | | | (104.332) | (26.083) | (52.166) | 26.083 | 52.166 |
| Swap - Ponta Passiva | CDI | 2.036.431 | 2.317.865 | 2.388.224 | 2.458.584 | 2.247.508 | 2.177.148 |
| Swap - Ponta Passiva (CURVA) | | 1.987.373 | 2.262.028 | 2.330.692 | 2.399.356 | 2.193.364 | 2.124.702 |
| Impacto no resultado (MTM) | | | 281.435 | 70.359 | 140.717 | (70.359) | (140.717) |
| Impacto no resultado (curva) | | | 274.655 | 68.664 | 137.327 | (68.664) | (137.327) |
| Impacto em outros resultados abrangentes swap | | | 6.780 | 1.695 | 3.390 | (1.695) | (3.390) |
| Impacto no resultado do exercício | | | 274.655 | 68.664 | 137.327 | (68.664) | (137.327) |
| Impacto líquido no resultado do exercício | | | 307.325 | 76.831 | 153.662 | (76.831) | (153.662) |
| Referência para ativos e passivos financeiros | | | Taxa projetada 2025 | 25% | 50% | -25% | -50% |
| CDI (% 12 meses) | | Taxa projetada | 14,45% | 17,28% | 20,73% | 10,37% | 6,91% |
| IPCA (%12 meses) | | | 3,71% | 4,64% | 5,57% | 2,78% | 1,86% |

Fonte: B3.

(g) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados na nota explicativa nº 13- Empréstimos e financiamentos e nº 14 - Debêntures.

(h) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico)

O sistema de produção de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas, o que o torna suscetível às variações nos reservatórios em função das chuvas. Um período prolongado de escassez de chuva, por exemplo, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Dessa maneira, com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo mediante do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT - conta bandeiras) visando repassar mais adequadamente aos consumidores finais o custo associado às condições de geração de eletricidade.

Como consequência da situação hidrológica desfavorável de 2021, foi criada a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) (Medida Provisória nº 1.055/2021), com competência para definir diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para enfrentamento da situação hidrológica. Mensalmente, a CREG realiza reuniões de acompanhamento, sendo respaldada pelos estudos elaborados por diversos entes do setor elétrico brasileiro, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema (ONS) e Ministério de Minas e Energia (MME).

Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), nos meses de outubro a dezembro houve continuidade das chuvas observadas no País, comportamento esperado para o período tipicamente úmido. Em termos de armazenamentos equivalentes, todos os subsistemas do Sistema Interligado Nacional (SIN) finalizaram o ano com valores superiores aos de 2023. O ONS destacou que as melhores condições hoje observadas nos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliadas aos demais recursos energéticos disponíveis no País, contribuirão para a garantia e segurança do atendimento nos próximos meses.

(i) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulado, conforme previsto em Procedimento de Regulação Tarifária (Submódulo 2.9 do Proret). A própria ANEEL também poderá proceder de ofício Revisões Tarifárias Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

(j) Risco ambiental

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *takeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos; Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, fazemos gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas e Redes de Distribuição de Energia. Também trabalhamos com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

Em nosso SGA, temos a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Também visando reduzir impactos ambientais, utilizamos em nossas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade de árvores de grande porte.

26.6 Gestão de capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

27 Transações que não afetam caixa - Demonstração dos fluxos de caixa

27.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

| | Efeito não caixa |
|---|------------------|
| Atividades de Investimento | |
| Transferências entre ativo contratual e intangível | 460.668 |
| Transferências entre ativo contratual para ativo financeiro | 64.867 |
| Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedor | 28.366 |
| Total atividades de investimentos | 553.901 |
| Capitalização de juros de empréstimos | 4.470 |
| Hedge accounting de fluxo de caixa | (10.510) |
| Dividendos adicionais distribuídos | 168.823 |
| Dividendos mínimos obrigatórios | (55.996) |
| Reconhecimento direito de uso | 1.096 |
| Total atividades de financiamento | 107.883 |
| Total | 661.784 |

27.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

| | 2024 | Fluxo de caixa | Pagamento de Juros (*) | Novos arrendamentos | Mudança no valor justo | Outros (**) | 2025 |
|--------------------------------------|------------------|----------------|------------------------|---------------------|------------------------|---------------|------------------|
| Empréstimos e financiamentos | 2.393.654 | 615.125 | (133.285) | - | - | (1.826) | 2.873.668 |
| Passivo de arrendamento | 3.328 | (750) | (375) | 1.096 | - | 375 | 3.674 |
| Debêntures | 313.762 | 41.297 | (35.652) | - | - | 13.332 | 332.739 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 170.296 | 30.825 | (93.827) | - | (10.510) | (207.491) | (110.707) |
| Dividendos a pagar | 63.159 | (231.678) | - | - | - | 236.049 | 67.530 |
| Total | 2.944.199 | 454.819 | (263.139) | 1.096 | (10.510) | 40.439 | 3.166.904 |

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar ainda não pagos no fim do exercício.

28 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

| | Vigência | 2026 | 2027 | 2028 | Após 2028* |
|-----------------------------|-------------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Energia contratada (em R\$) | 2026 a 2037 | 2.093.489 | 2.059.873 | 2.148.731 | 24.473.409 |
| Energia contratada (em MhW) | 2026 a 2037 | 7.681.534 | 7.594.704 | 7.631.670 | 72.474.003 |

(*) Estimado em 9 anos após 2028.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 2 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – (CCEAR), e foram homologados pela ANEEL.

29 Eventos subsequentes

Distribuição de dividendos adicionais

Em 25 de março de 2026, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 142, decorrentes do resultado do exercício.

Aumento de capital social

Em 25 de março de 2026, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a proposta para o aumento de capital no valor de R\$ 641.780, mediante a integralização da Reserva Legal no valor de R\$ 36.000, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, a ser submetido à apreciação da Assembleia Geral da Companhia.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
(Vice-Presidente)

Marcos Antônio Souza de Almeida

Cícero Vladimir de Abreu Cavalcanti

Diretoria Executiva

Sérgio Ricardo de Andrade Oliveira
Diretor Presidente

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Henderson Rovay
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador
CRC MA-011842/O-3 S-AL

Relatório da Administração 2025

A Administração da Equatorial Alagoas, em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações contábeis, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As informações não financeiras da Equatorial Alagoas, as relacionadas ao programa “Luz para Todos” (PLPT), o Balanço Social, Combate a Perdas, DEC e FEC, Relatório de Ações Sociais, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia não foram examinadas pelos auditores independentes.

Destaques de 2025

- ▶ O **mercado fio B** atingiu em 2025 o volume de 4.629 GWh, representando o crescimento de 2,1% quando comparado a 2024.
- ▶ O mercado atendido no ano apresentou decréscimo de 0,3% em relação a 2024, atingindo 4.434 GWh, em virtude da redução do consumo com destaque para as classes Rural, Iluminação Pública e Comercial.
- ▶ O **número de consumidores** apresentou crescimento de 1,9% quando comparado com o ano anterior, atingindo 1.420.757 consumidores em 2025.
- ▶ O **ambiente livre** obteve um crescimento de número de consumidores de 15,7% em 2025, contribuindo com o aumento na energia consumida em 177 GWh comparado a 2024, em destaque temos as classes Serviço Público, Residencial e Industrial.
- ▶ A **Receita Operacional Líquida (ROL)** aumentou 8% em 2025, totalizando R\$ 2,8 bilhões, reflexo de um crescimento de valores a receber de Parcela A e outras receitas que contribuíram para uma maior receita operacional bruta.
- ▶ As **perdas de energia** dos últimos 12 meses encerrados no ano de 2025 caíram 1,3 p. p. no ano, atingindo 16,5% da energia medida dos clientes que está abaixo do limite regulatório em 2,1 p. p.
- ▶ Em 2025, os indicadores **DEC e FEC** da Equatorial Alagoas, considerando o acumulado dos últimos 12 meses, registraram 13,85 horas para o DEC, representando uma redução de 30,3% em relação ao ano anterior. O FEC atingiu 5,43 interrupções, com redução de 17,5% no mesmo período comparativo. Os resultados obtidos atenderam aos limites regulatórios estabelecidos.

Mensagem do Presidente

O ano de 2025 foi marcado por avanços consistentes e superação de desafios para a Equatorial Alagoas. Mantivemos nosso compromisso inabalável com a melhoria contínua da qualidade dos nossos serviços, o combate às perdas, a disciplina financeira e o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Alagoas. Atingimos a marca histórica de R\$ 2,914 Bilhões em investimentos nos 07 anos de gestão, sendo mais de R\$ 660 milhões apenas em 2025.

A Equatorial Alagoas consolidou uma expressiva melhoria nos indicadores de qualidade. Alcançamos um marco histórico. Pela primeira vez, a Companhia finalizou um exercício enquadrada abaixo do patamar Regulatório estabelecido pela ANEEL para **Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC)** após **redução de 30,3%** em relação ao ano anterior, atingindo **13,85 horas**.

Em relação a **Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidoras (FEC)**, obtivemos **redução de 17,5%** em relação ao ano anterior registrando **5,43 vezes**. Esses resultados refletem a nossa dedicação aos nossos clientes e compromisso com o fornecimento de energia com qualidade para suportar o crescimento econômico do Estado de Alagoas.

Desde 2019, a Companhia acumula redução de 49,4 horas no DEC e 13,9 interrupções no FEC, evidenciando a consistência da estratégia operacional e a efetividade das ações implementadas.

Adicionalmente, mesmo diante de desafios complexos, mantivemos um excelente resultado no combate às perdas de energia, com uma **redução de 1,3 ponto percentual, atingindo 16,5%** da energia medida, índice que nos coloca 2,1 pontos percentuais abaixo do limite regulatório.

Os desafios permanecem grandes ao longo do ciclo tarifário. Seguimos em frente visando consolidar práticas e otimizar recursos para continuar executando o planejamento estratégico da Companhia, realizando os investimentos que gerem melhoria na qualidade do fornecimento de energia aos consumidores alagoanos e perpetuar a geração de valor aos acionistas.

Sérgio Ricardo de Andrade Oliveira
Diretor-Presidente

Cenário, Ambiente Econômico e Perspectivas em Alagoas

Ambiente econômico e perspectivas no Estado de Alagoas



| Alagoas | |
|--|-----------|
| Capital | Maceió |
| Área (km ²) | 27.831 |
| Número de Municípios | 102 |
| População Estimada 2025 | 3.220.848 |
| Cres. Estimado PIB AL | 2,1% |
| Cres. Estimado PIB BR | 2,5% |
| Rendimento mensal domiciliar per capita (2025) | R\$ 1.422 |
| Densidade demográfica (hab/km ²) | 112,38 |

Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/>

Fonte PIB Estimado: <https://www.bb.com.br/site/investimentos/analises/>

Em 2025, o Mercado Fio B (composto pela soma da energia faturada dos mercados cativo, livre, uso do sistema e da energia compensada de GD II e III) apresentou expansão de 2,1%.

No setor industrial, as atividades com maior representatividade são a fabricação de produtos químicos, fabricação de produtos de borracha e de material plástico, fabricação de minerais não metálicos, extração de petróleo e gás natural e fabricação de produtos alimentícios, juntos esses cinco setores representam quase 90% do mercado de energia elétrica do estado.

No setor comercial, as atividades com maior representatividade são o comércio varejista e o comércio por atacado, que juntos representam 51% do mercado de energia elétrica do estado.

Dados Operacionais de Mercado

| Dados Operacionais | Medida | 2024 | 2025 | Var. |
|---|------------|--------------|--------------|--------------|
| | | AL | AL | 25 vs 24 |
| Energia Injetada SIN | GWh | 5.295 | 5.141 | -2,9% |
| Sistema isolado | GWh | 0 | 0 | -0,7% |
| Energia injetada pela Geração Distribuída | GWh | 522 | 784 | 50,1% |
| Energia Injetada Bruta Total | GWh | 5.817 | 5.925 | 1,9% |
| <i>Variação Injetada Bruta Total (%)</i> | % | | 1,9% | |
| Residencial - convencional | GWh | 1.187 | 1.202 | 1,3% |
| Residencial - baixa renda | GWh | 713 | 733 | 2,8% |
| Industrial | GWh | 84 | 65 | -23,0% |
| Comercial | GWh | 494 | 434 | -12,1% |
| Outros | GWh | 824 | 681 | -17,3% |
| Consumidores Cativos | GWh | 3.301 | 3.116 | -5,6% |
| Industrial | GWh | 676 | 730 | 8,0% |
| Comercial | GWh | 340 | 389 | 14,5% |
| Outros | GWh | 111 | 185 | 66,7% |
| Consumidores livres | GWh | 1.126 | 1.304 | 15,7% |
| Energia de Conexão - outras Distribuidoras | GWh | 17 | 14 | -17,8% |
| Energia Faturada | GWh | 4.445 | 4.434 | -0,3% |
| <i>Variação Faturada (%)</i> | % | | -0,3% | |
| SCEE - GDII + GD IIII | GWh | 91 | 195 | 114,5% |
| Mercado Fio B | GWh | 4.536 | 4.629 | 2,1% |
| Fluxo Passante | GWh | 24 | 38 | 55,6% |
| Energia Medida Total + Fluxo Passante | GWh | 4.778 | 4.945 | 3,5% |
| <i>Variação Energia Medida Total + Fluxo Passante (%)</i> | % | | 3,5% | |
| Número de Consumidores | MIL | 1.395 | 1.421 | 1,9% |
| <i>Variação Número de Consumidores (%)</i> | % | | 1,9% | |
| Perdas totais | GWh | 1.039 | 980 | -5,7% |

Número de consumidores - Em 2025, a base total de consumidores alcançou 1.420.757 unidades, representando crescimento de 2% (26,2 mil consumidores) em relação a 2024. A expansão foi impulsionada principalmente pela classe Residencial, que registrou aumento de 2% (26,4 mil consumidores).

| Consumidores | 2025 | 2024 | 2023 | 2022 | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 | 2017 | 2016 |
|--------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Residencial Convencional | 809.385 | 755.485 | 756.795 | 767.112 | 703.674 | 702.329 | 758.098 | 891.025 | 847.632 | 781.066 |
| Residencial Baixa Renda | 494.682 | 522.184 | 475.510 | 438.999 | 381.713 | 346.250 | 245.541 | 173.777 | 216.964 | 245.795 |
| Industrial | 2.290 | 2.293 | 2.288 | 2.120 | 1.886 | 2.070 | 1.976 | 2.334 | 2.349 | 8.401 |
| Comercial | 71.608 | 71.402 | 71.767 | 72.722 | 65.629 | 65.942 | 63.777 | 67.228 | 67.183 | 154.736 |
| Outros | 42.792 | 43.185 | 43.676 | 44.237 | 45.113 | 44.158 | 35.585 | 23.707 | 23.283 | 90.510 |
| Total | 1.420.757 | 1.394.549 | 1.350.036 | 1.325.190 | 1.198.015 | 1.160.749 | 1.104.977 | 1.158.071 | 1.157.411 | 1.280.508 |
| Variação | 1,9% | 3,3% | 1,9% | 10,6% | 3,2% | 5,0% | -4,6% | 0,1% | -9,6% | 22,6% |

Em relação ao Residencial Baixa Renda observou-se uma redução de -5,3%, impulsionada pelas recentes alterações nas políticas públicas federais voltadas à Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), no âmbito do programa social conhecido como “Luz do Povo”.

Desde julho de 2025, tem-se verificado uma atualização e cruzamento mais rigoroso das bases de dados do Governo Federal, especialmente do Cadastro Único (CadÚnico) e dos registros vinculados ao recebimento do Bolsa Família. Essas ações resultaram em revisões cadastrais e na exclusão de famílias que não atendem mais aos critérios de elegibilidade, refletindo diretamente na base de consumidores enquadrados como baixa renda na distribuidora, houve uma redução de -7,8% de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família em Alagoas em dezembro de 2025 quando comparado a dezembro de 2024.

Com a nova legislação, famílias inscritas no CadÚnico, com renda familiar per capita de até meio salário mínimo, passaram a ter isenção do pagamento da energia elétrica para consumo mensal de até 80 kWh. Nesses casos, permanece apenas a cobrança de encargos não relacionados ao fornecimento de energia, como a Contribuição de Iluminação Pública (CIP) e o ICMS, conforme a legislação estadual aplicável.

Mercado Fio B - o Mercado Fio B (composto pela soma da energia faturada dos mercados cativo, livre, uso do sistema e da energia compensada de GD II e III) apresentou expansão de 2,1% (93 GWh).

A classe que apresentou maior destaque foi a Residencial com crescimento de 5,8% (113 GWh), seguida pelas classes Industrial que apresentou crescimento de 4,7% (35,7 GWh) e Comercial com aumento de 1,1% (9,6 GWh).

Por outro lado, a classe Rural apresentou retração de 16,9% (-33,7 GWh). Esse desempenho é explicado pela maior pluviosidade registrada nos meses em que, normalmente, há maior utilização de sistemas de irrigação conectados à rede elétrica. Com o aumento das chuvas em períodos específicos, houve menor necessidade de irrigação artificial, reduzindo o consumo de energia. A classe Iluminação Pública também registrou retração, de 7,9%, reflexo principalmente dos processos de eficientização energética implementados no estado, como a substituição de luminárias por tecnologias mais eficientes, a exemplo da iluminação em LED.

| Mercado Atendido - MWh | * Histórico | | | | | | | | | | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2025 | 2024 | 2024 | 2023 | 2022 | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 | 2017 | 2016 |
| Residencial | 1.935.772 | 1.899.640 | 2.068.784 | 1.853.868 | 1.673.755 | 1.604.374 | 1.555.040 | 1.438.233 | 1.433.174 | 1.392.173 | 1.305.037 |
| Industrial | 794.323 | 759.716 | 769.304 | 743.054 | 693.709 | 674.032 | 685.172 | 672.703 | 642.659 | 645.930 | 674.487 |
| Comercial | 823.599 | 833.769 | 996.177 | 919.958 | 862.278 | 813.985 | 728.557 | 792.022 | 760.702 | 754.689 | 749.877 |
| Outros | 866.123 | 934.715 | 961.182 | 886.671 | 834.176 | 874.539 | 868.663 | 844.735 | 819.575 | 814.120 | 750.320 |
| Suprimentos p/ agentes de distribuição | 14.279 | 17.372 | | | | | | | | | |
| SCEE - GDII + GD IIII | 195.085 | 90.944 | | | | | | | | | |
| Total | 4.629.181 | 4.536.157 | 4.795.447 | 4.403.551 | 4.063.918 | 3.966.930 | 3.837.432 | 3.747.693 | 3.656.110 | 3.606.912 | 3.479.721 |
| Varição | 2,1% | | 8,9% | 8,4% | 2,4% | 3,4% | 2,4% | 2,5% | 1,4% | 3,7% | -1,30% |

***Histórico** – Apresentamos acima o histórico de Mercado Atendido disponibilizado no último relatório, que até então era acompanhado com base na energia consumida. Com a promulgação da Lei nº 14.300/2022, posteriormente regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 1.059/2023, passou a ser permitido o faturamento da energia compensada para unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica enquadradas nas modalidades de Geração Distribuída - GD 2 e 3. Diante dessa mudança regulatória, a energia faturada deixou de refletir integralmente o mercado que gera receita para a distribuidora.

Por esse motivo, passaremos a acompanhar como Mercado Atendido o indicador de Mercado Fio B, que representa de forma mais adequada o uso da infraestrutura de distribuição e o mercado efetivamente atendido pela rede da distribuidora, incorporando os efeitos da compensação de energia associados à GD.

Balanco energético

Comportamento do balanço - As perdas totais de energia elétrica na distribuição correspondem à diferença entre a energia injetada bruta e a soma da energia medida, da energia de conexão com outras distribuidoras e do fluxo passante.

Nesse sentido, em 2025, houve crescimento de 1,9% na energia injetada bruta e de 3,5% na soma da energia medida, da energia de conexão com outras distribuidoras e do fluxo passante. As perdas totais de energia elétrica na Equatorial Alagoas apresentaram redução de -5,7% em relação ao ano anterior.

| 4.3 Balanço energético (MWh) | 2024 | 2025 | Var. |
|--|------------------|------------------|-------------|
| Alagoas | | | |
| Sistema interligado | 5.294.695 | 5.140.970 | -2,9% |
| Energia injetada pela Geração Distribuída | 522.271 | 784.063 | 50,1% |
| Energia injetada bruta | 5.816.965 | 5.925.033 | 1,9% |
| Energia medida | 4.735.772 | 4.892.582 | 3,3% |
| Energia de conexão com outras distribuidoras | 17.372 | 14.249 | -18,0% |
| Energia de fluxo passante | 24.467 | 38.083 | 55,6% |
| Perdas totais | 1.039.354 | 980.119 | -5,7% |

É importante mencionar que estamos utilizando os critérios de perdas conforme estabelecido na Consulta Pública 09/2024 da Aneel, que passou a considerar o mercado medido como referência para o cálculo das perdas.

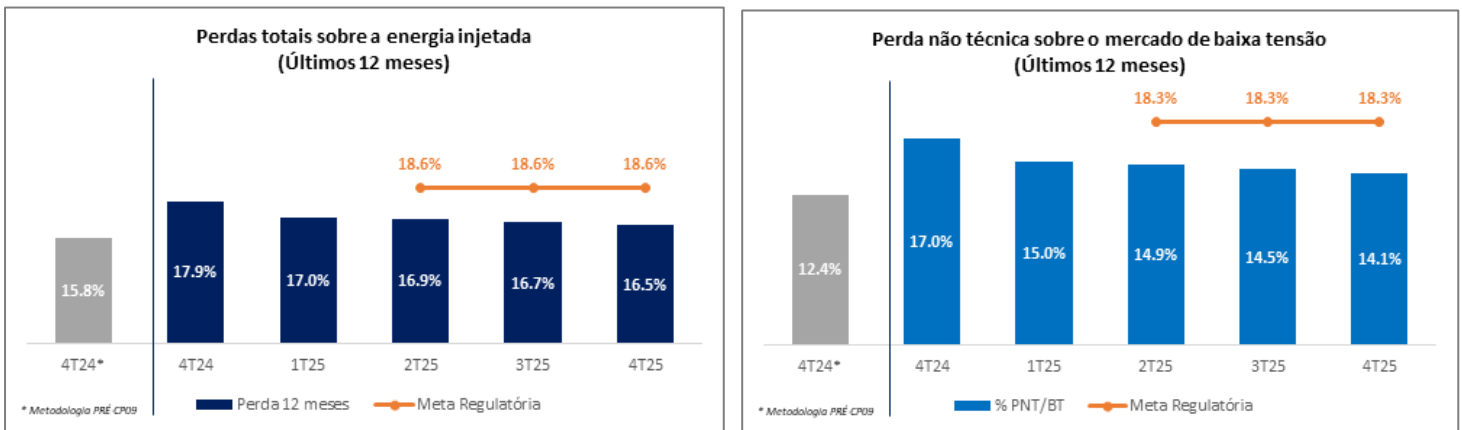
Gestão dos Negócios

Combate às perdas

O **Despacho Aneel nº 684/2025** introduziu uma nova metodologia para o cálculo da energia requerida e das perdas não técnicas, incorporando os efeitos da micro e minigeração distribuída (MMGD) por meio do conceito de “**mercado de fornecimento medido**”, que representa o consumo real dos usuários e inclui também a energia injetada pelos sistemas de MMGD na carga total, como a mudança passa a valer a partir dos processos tarifários de 2025, o **Grupo Equatorial** atualizou suas informações de perdas desde o **4T24**, alinhando-se antecipadamente às novas diretrizes regulatórias.

Em 2025, a energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Alagoas atingiu 5.925 GWh, representando um crescimento de 2,1% em relação a 2024. O volume de energia medida totalizou 4.944 GWh, aumento de 4,0 % em relação a 2024.

Como resultado, as perdas de energia registradas pela Companhia somaram 980 GWh no ano, equivalentes a 17% da energia requerida. Esse desempenho implicou redução de 1,4 p.p. no índice de perdas frente ao encerramento de 2024.



O ano de 2025 trouxe desafios para a Equatorial Alagoas, com condições climáticas que exigiram maior atenção à operação e à estabilidade do sistema. Mesmo diante de um cenário que elevou a complexidade das ações de campo e do combate às perdas, a distribuidora avançou em seus resultados. Ao longo do período, houve redução nas perdas globais e na perda não técnica sobre o mercado de baixa tensão, impulsionada por ações estruturantes e pelo uso de tecnologias que vêm fortalecendo o desempenho operacional e contribuindo para a melhoria contínua dos indicadores. Além disso, a Equatorial Alagoas manteve-se abaixo do indicador regulatório de perdas, refletindo a efetividade das iniciativas implementadas e o avanço consistente na gestão do tema.

Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2025:

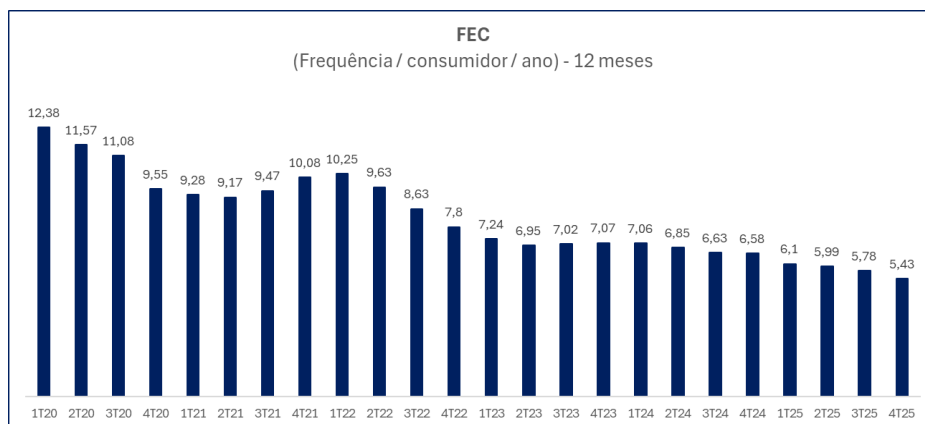
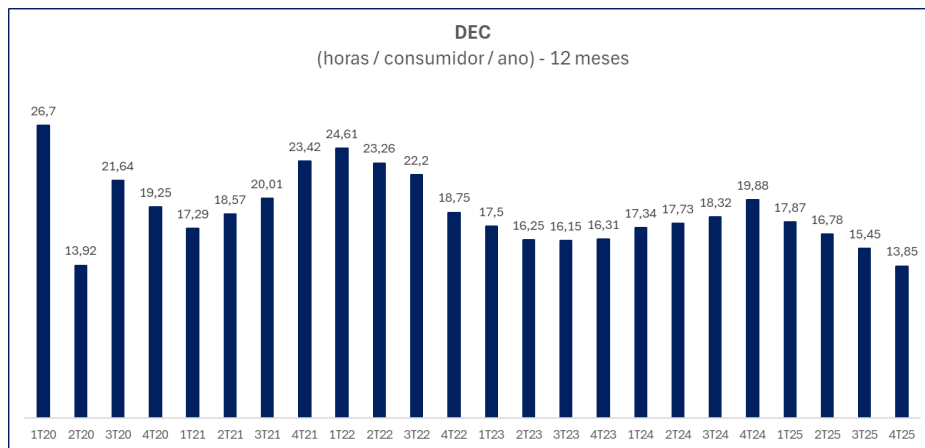
- Regularização de 166 clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 1,1 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Expansão do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 11,91 mil clientes de baixa tensão;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 6 municípios;
- Inspeção de 89,74 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 4,65 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 1,9 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 27,5 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;

- Crescimento de 215 medições fiscais novas em transformadores de distribuição para fins de balanço energético.

Hoje a Equatorial Alagoas possui 8,3 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondendo a 66% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações.

DEC e FEC

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). Os indicadores de qualidade DEC e FEC apresentaram reduções em relação ao exercício anterior, sendo de 30,3% e 17,5%, respectivamente.



Assuntos Regulatórios

Em 29 de abril de 2025, por meio da Resolução Homologatória nº 3.450/2025 a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) homologou as tarifas da Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Alagoas”) sendo em média, reajustadas em -6,79% (menos seis vírgula setenta e nove por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora para o período de 3 de maio de 2025 a 2 de maio de 2026.

Relatório de Ações Sociais – ESG

O **Jornada de Segurança do Grupo Equatorial**, um dos pilares estruturantes da gestão de segurança do Grupo, continuou sua expansão ao longo de 2025, consolidando uma cultura organizacional voltada para a prevenção de riscos. O programa, que é baseado nos pilares Liderança, Comportamento, População, Capacitação e Fornecedores, tem como objetivo transformar a mentalidade das lideranças e equipes operacionais, promovendo uma atuação cada vez mais proativa na segurança do trabalho.

Entre as ações realizadas em 2025, destacam-se:

- 16.066 inspeções estáticas e dinâmicas;
- Diálogos de segurança com as equipes semanais;
- 2 workshops de segurança com fornecedores âncoras e não âncoras;
- Certificação na ISO 45001;
- 12 Comitês de Segurança com os fornecedores;
- Implementação do canal de comunicação de segurança (canal de comunicação de acidentes).

A Equatorial Alagoas, em 2025, desenvolveu projetos com focos e iniciativas distintas. A pluralidade de temas permitiu que a distribuidora promovesse simultaneamente diferentes eixos de atuação: comunidade, meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento socioeconômico. Seguem alguns destaques:

E+ Comunidade e E+ Geladeira Nova

Fortalecimento do relacionamento com a comunidade por meio da realização dos mutirões. Oportunidade de cadastro na Tarifa Social Baixa Renda e ações de eficiência energética. Desde o início do projeto em 2019 já foram mais de 9,7 mil geladeiras e 385 mil lâmpadas obsoletas substituídas, sendo 339 geladeiras e mais de 6,6 mil lâmpadas somente em 2025. Houve também a substituição de 289 ventiladores obsoletos por ventiladores eficientes.

E+ Educação

Levar conhecimento sobre eficiência energética através de palestras e experimentos lúdicos para estudantes de escolas públicas, privadas e sociedade em geral. Desde 2019, mais de 41 mil jovens e adultos e 1.200 palestras ministradas, sendo mais de 13 mil jovens e adultos beneficiados através de 335 palestras em 2025.

E+ Energia do Bem

Em 2025, a Equatorial beneficiou os Campus de Arapiraca e Palmeira dos Índios do Instituto Federal de Alagoas, com um projeto de eficiência energética, que possibilitou a substituição de 81 luminárias e 98 refletores de LED, contribuindo para a modernização e eficiência do sistema de iluminação, na otimização dos recursos públicos e proporcionando redução do impacto ambiental através de equipamentos que consomem menos energia.

E+ Cultura e E+ Esporte

Em 2025, o Grupo Equatorial lançou seu segundo edital nacional para seleção de projetos de cultura, audiovisual e esporte, Fundo da Infância e Adolescência (FIA), Fundo da Pessoa Idosa e Lei da Reciclagem aprovados por meio de leis federais de incentivo. Os projetos aprovados deveriam ser executados nos estados em que o Grupo atua na distribuição de energia. Para Alagoas, foram selecionados nove projetos culturais, a saber: O III Festival Yá Dandara; Pirulito & Gentileza contra os vilões da natureza; Mercado das Artes 31 e Escola das Artes: Programação Cultural de Oficinas e Apresentações Contínuas do Mercado das Artes 31; Território Sustentável; Sons do Nosso Lar - Música e Transformação Social na Comunidade do Vergel do Lago; Quadrilha Junina Gonzagão; Música Mariar; Exposição Brincadeira de Criança; e a Orquestra Jovem de Maragogi. Foram quatro projetos esportivos: Alagoas Xadrez para Todos; Expansão do Projeto SuperAÇÃO; Cidadania no Tatame e no Campo; e o Mundaú Campeão. Por fim, foi selecionado um projeto do FIA, o Vozes Resilientes. Os quatorze projetos selecionados para execução no Estado de

Alagoas, totalizam o investimento de R\$ R\$ 2,6 milhões e demonstrando o compromisso da Equatorial em democratizar o acesso à cultura, ao esporte e desenvolvimento social.

Promoção Social

Dando seguimento à estratégia de investimento social do Grupo Equatorial, em 2025 o **Instituto Equatorial** amplia sua atuação no Estado de Alagoas por meio de parcerias estratégicas aliadas à sustentabilidade, conectando setores para ampliar o impacto positivo nas comunidades, promovendo integração entre desenvolvimento social e econômico, considerando a equidade e a inclusão como pilares fundamentais para o bem-estar coletivo. O compromisso do Instituto Equatorial é reduzir desigualdades e fortalecer o protagonismo local, por meio de programas estruturados em escuta ativa, colaboração e impacto social duradouro. Entre suas principais iniciativas está o Edital Diálogos Equatorial, que conecta pessoas, ideias e territórios para construir um futuro mais justo e sustentável.

Neste sentido, em novembro de 2025, o Instituto Equatorial lançou a segunda edição do Edital Diálogos Equatorial, com o investimento de R\$ 4 milhões destinado a projetos sociais liderados por Organizações da Sociedade Civil (OSC's) de base comunitária, e cada iniciativa aprovada poderá receber até R\$ 50 mil para execução. O edital contou com 617 inscrições e está em fase de finalização da seleção das propostas que serão aprovadas para execução em 2026 nos estados de Goiás, Piauí, Maranhão, Alagoas, Amapá, Pará e Rio Grande do Sul. Os projetos selecionados terão foco em educação; empregabilidade e geração de renda; empreendedorismo; sustentabilidade e integridade. No primeiro edital Diálogos, foram executados 19 projetos em Alagoas, com R\$ 0,4 milhão investido, beneficiando 6.377 pessoas.

Dentre os projetos lançados pelo Instituto Equatorial em Alagoas, destaca-se o projeto desenvolvido em parceria com a Gerando Falcões, Favela 3D na Favela Vergel do Lago em Maceió. O projeto Favela 3D tem como objetivo erradicar a miséria em territórios vulneráveis do Brasil, transformando favelas em comunidades autossustentáveis, por meio de ações integradas em moradia, urbanismo, capacitação profissional, geração de renda e inclusão digital, utilizando dados e inovação social como base para o desenvolvimento. O conceito "3D" contempla três frentes: Digna: moradia adequada, saneamento, saúde e bem-estar; Digital: inclusão digital, acesso à tecnologia e serviços; e Desenvolvida: capacitação, emprego, empreendedorismo e desenvolvimento socioeconômico.

Para a coordenadora do Instituto Equatorial, Janaina Ali, a parceria reforça o compromisso com o desenvolvimento humano: "Acreditamos que a transformação social começa quando escutamos quem vive o território. Estar ao lado da Gerando Falcões nessa jornada é fundamental para colocarmos em prática o nosso compromisso com o desenvolvimento humano e com a redução das desigualdades. O projeto Favela 3D dialoga diretamente com a missão do Instituto Equatorial, que é promover soluções efetivas e duradouras para as comunidades onde atuamos, sempre valorizando o protagonismo local."

Em Vergel do Lago foi desenvolvido o Banco Laguna que é uma instituição financeira que utiliza a moeda local "sururote" para promover o desenvolvimento social e econômico no Vergel do Lago. Ele facilita o acesso das famílias a produtos e serviços locais, como supermercados e farmácias, incentivando o consumo na região. Comerciantes que recebem o "sururote" podem trocá-lo por reais no banco, com uma taxa similar à de vendas com cartão de crédito, fortalecendo a economia local e incentivando a inclusão financeira. Através do Projeto Favela 3D, 193 famílias estão recebendo suporte mensal e mais de vinte empreendedores passaram por qualificação profissional.

Outro projeto desenvolvido pelo Instituto Equatorial no estado de Alagoas foi o Edital Jornada Equatorial. Este edital é a porta de entrada para um programa de formação de organizações da sociedade civil comprometidas com a transformação social de suas comunidades e que queiram aprender a elaborar projetos e captar recursos. Em 2025, a primeira turma do Edital Jornadas Equatorial contou com a participação de quatorze instituições de Alagoas.

O Instituto Equatorial sabe que o conhecimento é um recurso extremamente valioso, por isso, através de uma ação de fortalecimento de organizações, queremos contribuir com o potencial de cada uma delas na melhoria da qualidade de vida, geração de trabalho e renda, desenvolvimento do empreendedorismo, valorização da biodiversidade e muito mais impacto positivo. Com organizações mais saudáveis e sustentáveis, desenhamos juntos novos futuros para as comunidades.

Além da capacitação, as organizações mais engajadas receberam uma assessoria individual para elaboração conjunta de um projeto, com apoio exclusivo de consultores especializados da Prosas, até a submissão em um mecanismo de incentivo.

Com assessoria individual a sua organização vai aprender a elaborar projetos e captar recursos de isenção fiscal pela: Lei Federal de Incentivo à Cultura; Lei Federal de Incentivo ao Esporte; Fundo da Pessoa Idosa; e Fundo da Infância e Adolescência. Outro eixo de investimento social da Equatorial Alagoas tem sido o Programa E+ Energia Voluntária, fortalecendo seu compromisso com a responsabilidade social, gerando o impacto positivo nas comunidades em que atuamos e o sentimento de pertencimento dos nossos colaboradores e parceiros.

Em 2025, a Equatorial Alagoas, liderou 06 ações de voluntariado, a saber: Ação Solidária Regional Leste; Campanha Literária; Espalhe Sorrisos: Campanha de Arrecadação de Brinquedos para Crianças; Ajudantes do Papai Noel Maceió; Ajudantes do Papai Noel Arapiraca; e, Doação de Alimentos não perecíveis. Estas ações tiveram a participação de 197 voluntários, somando-se mais de 83 horas doadas para o trabalho voluntário, e estimativa de mais de 380 pessoas beneficiadas. Destaca-se a Campanha Adote uma Cartinha, em que adotamos 151 cartinhas da Campanha Papai Noel dos Correios e nossos colaboradores contribuíram com a doação de brinquedos. Foram 101 cartas em Maceió e 50 cartas em Arapiraca.

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita líquida

Em relação à Receita Líquida, o total registrado em 2025 foi de R\$ 3.462 milhões, apresentando aumento de 352 milhões ou 11,3% em relação a obtida no ano anterior.

Custos e despesas operacionais

No ano de 2025, o total de custos e despesas operacionais, excluindo custo de construção, depreciação e amortização foi de 2,037 bilhões, crescimento de 5,4% na comparação com 2024.

EBITDA

Em 2025, o EBITDA foi positivo em R\$ 765 milhões, crescimento de 14,3% ao obtido no ano anterior.

Resultado financeiro

Em 2025, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 258 milhões, contra R\$ 171 milhões negativos reportados em 2024.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2025, as despesas de IRPJ e CSLL, foi negativo em R\$ 71 milhões, contra R\$ 53 milhões negativos reportados em 2024.

Lucro líquido

Em 2025, a Equatorial Alagoas apurou lucro líquido de R\$ 283 milhões, 9,8% inferior ao lucro apurado em 2024.

Endividamento

No fechamento de 2025, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 2.283 milhões, representando um crescimento de 24,8% em relação ao ano anterior. A alavancagem passou de 2,7x em 2024, para e 2,8x em 2025.

Investimentos

| ÁREA | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 |
|-------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Total | 157 | 198 | 294 | 426 | 671 | 508 | 660 |
| Manutenção | 46 | 31 | 28 | 55 | 106 | 86 | 143 |
| Expansão | 75 | 75 | 124 | 193 | 283 | 183 | 259 |
| Equipamentos e Sistemas | 2 | 9 | 3 | 3 | 6 | 5 | 10 |
| Outros | 34 | 83 | 139 | 175 | 276 | 235 | 248 |
| PLPT | - | - | - | - | - | - | - |
| interligação de Usinas | - | - | - | - | - | - | - |

Em 2025, os investimentos da Equatorial Alagoas totalizaram R\$ 660 milhões, um crescimento de 30% sobre o investimento realizado em 2024, tendo como destaque os avanços em obras de Melhoria de Qualidade com incremento de R\$ 57 milhões cujos impactos podem ser mensurados pela redução do DEC, Expansão de Redes de

Alta, Média e Baixa Tensão com aporte de R\$ 76 milhões para construção de novas Subestações e redes de distribuição.

Diversidade e inclusão

Ao longo de 2025, foram promovidas ações focadas em diversidade, desenvolvimento de talentos e valorização de profissionais formados internamente.

Entre as iniciativas de destaque está a Escola de Eletricistas, que capacita profissionais para o setor e apoia a estratégia de primarização. No ano, formamos 330 pessoas, com 90% de aproveitamento nas turmas. Desses participantes, 65 foram inseridos no mercado de trabalho.

O Grupo Equatorial também avançou na incorporação da pauta de diversidade ao processo de atração e seleção. Foram realizadas capacitações voltadas a recrutadores e lideranças, abordando diversidade e vieses inconscientes e práticas de entrevistas por competência, além de reforçar o papel dos gestores como agentes da marca empregadora e promotores de processos seletivos mais justos e consistentes.

A padronização de critérios, testes e roteiros de entrevista busca ampliar a equidade nas decisões e reduzir subjetividades ao longo do processo. As consultorias parceiras também passaram a ser acompanhadas de forma mais estruturada, assegurando alinhamento às diretrizes institucionais da Companhia.

Como compromisso com a equidade, detalhamos a seguir a quantidade e proporção de mulheres entre nossos colaboradores.

As informações constantes nas tabelas acima consideram a quantidade de pessoas em cada nível hierárquico de forma consolidada no grupo Equatorial, sendo consideradas todas as empresas pertencentes ao Grupo Equatorial.

| Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil | | | | |
|---|---------------------------|--------------|---------------------------|--------------|
| Nível Hierárquico | Em 31 de dezembro de 2024 | | Em 31 de dezembro de 2025 | |
| | Total | % Mulheres | Total | % Mulheres |
| Conselho | 1 | - | 1 | - |
| Alta Liderança | 5 | - | 5 | - |
| Média Liderança | 17 | 23,53 | 14 | 21,43 |
| Equipe | 1.181 | 19,39 | 1.165 | 18,20 |
| Total | 1.204 | 19,35 | 1.185 | 18,14 |

| Proporção da remuneração total entre gêneros no Brasil por nível hierárquico | | |
|--|--------------------------|--------------------------|
| Nível Hierárquico | Remuneração Média - 2024 | Remuneração Média - 2025 |
| Conselho | - | - |
| Alta Liderança | - | - |
| Média Liderança | 0,95 | 1,41 |
| Equipe | 0,72 | 0,94 |
| Total | 0,70 | 0,84 |

As informações das tabelas consideram a quantidade de pessoas em cada nível hierárquico que sejam remuneradas na respectiva Companhia. Esclarecemos que há membros da administração da Companhia que são remuneradas por outra(s) companhia(s) do Grupo Equatorial.

Tabela – Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil: A tabela estratifica o efetivo nos níveis de hierarquia definidos – Base dezembro de cada ano;

A coluna “Total” contém o efetivo completo (mulheres e homens). A coluna “% Mulheres” mostra a proporção de mulheres em relação ao total;

Tabela – Proporção da remuneração total entre gêneros no Brasil por nível hierárquico: A tabela mostra a proporção da remuneração média anual das mulheres em relação à remuneração dos homens, considerando o nível hierárquico.

Em 2025, a Equatorial permaneceu na carteira do IDIVERSA B3, primeiro índice da América Latina a incorporar critérios de gênero e raça na seleção das empresas participantes. O índice busca acompanhar o desempenho médio das ações de companhias listadas que se destacam em diversidade, com base no Score de Diversidade desenvolvido pela B3. A presença contínua da Equatorial no IDIVERSA B3 reforça seu compromisso com a promoção da igualdade de gênero e étnico-racial no ambiente de trabalho e reconhece a diversidade como um elemento estratégico para o fortalecimento do desempenho corporativo e para o desenvolvimento sustentável.

Relacionamento com auditores externos

Em atendimento à Resolução CVM 162/22, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes prestou serviços de auditoria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Em atendimento ao artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Resolução CVM 80/22., os Diretores da Companhia Srs. Sérgio Ricardo de Andrade Oliveira, Diretor-Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima; Henderson Rovay e Cristiano de Lima Logrado, declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 25 de março de 2026 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Serviços prestados pelo Auditor Independente

Por fim, durante o exercício de 2025, a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., auditor independente da Companhia, prestou outros serviços além da auditoria das demonstrações contábeis e da revisão de informações intermediárias, tais como: revisão da tradução das demonstrações financeiras para o inglês; emissão de relatório de asseguração limitada sobre *covenants*; auditoria de demonstrações regulatórias; asseguração limitada sobre outras contas a receber; asseguração limitada sobre indicadores de sustentabilidade; diagnóstico de aderência às normas relacionadas à sustentabilidade; emissão de laudo de avaliação de patrimônio líquido contábil; e procedimentos previamente acordados sobre relatório de controle patrimonial.

A política de contratação adotada pela Companhia observa a regulamentação aplicável e assegura a independência do auditor, conforme previsto na Instrução CVM nº 381/03, conforme alterada pela Resolução CVM nº 162/2022, especialmente no que se refere à vedação de que o auditor audite o próprio trabalho, exerça funções gerenciais na Companhia ou atue na promoção de seus interesses.

As seguintes informações constantes deste Relatório da Administração não foram revisadas pelos auditores independentes: (i) dados operacionais; (ii) informações financeiras *pro forma* e suas comparações com resultados societários; e (iii) expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia.

Diretoria Executiva

Sérgio Ricardo de Andrade Oliveira
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Henderson Rovay
Diretor

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Sérvio Túlio dos Santos
Cícero Vladimir de Abreu Cavalcanti